

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

5.^a

Aos vinte nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

----- Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se de seguida à chamada, estando presentes cinquenta e três elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Pedro Miguel Coutinho Monteiro, Elisiário Emílio Cancela, Mário Humberto Afonso, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

----- Foi justificada a falta ao Deputado Municipal Alfredo Justino Ribeiro. -----

----- Não apresentaram justificação para a sua falta os Deputados Municipais Carlos Alberto Telo Figueira, Óscar António Preto Castanho e José Francisco Moreno, Presidente da Junta de Freguesia de Brunhosinho. -

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- 1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* -----

----- 1. 2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----

----- 1. 3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----

----- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- 2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

----- 2. 2 *Análise e deliberação sobre “PROPOSTA DE LEI DAS FINANÇAS LOCAIS”;* -

----- 2. 3 *Outros Assuntos.* -----

----- 3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** fez a apresentação do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- 1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou de seguida se havia alguém que tivesse alguma objecção a fazer quanto aquela acta, não se tendo ninguém manifestado positivamente. De seguida, foi a mesma posta à votação, a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção. -----

----- De seguida, passou ao ponto seguinte dentro do Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- 1.2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto, dando início às intervenções segundo a ordem de inscrição. -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** foi o primeiro Deputado a usar da palavra para dizer o seguinte: “Sobre este ponto da Ordem de Trabalhos – «Informação da Correspondência Recebida e Expedida» – eu, queria fazer um pedido de informação à Câmara Municipal, fazer também dois pedidos de esclarecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, e fazer ainda dois lamentos (parece muita coisa, mas isto são coisas breves e rápidas). Começando pelo princípio, pelo pedido de informação: solicitava à Câmara Municipal que informe esta Assembleia sobre os assuntos debatidos (se for possível, não é?) e sobre as deliberações e decisões tomadas na reunião do Conselho Municipal de Educação que teve lugar em quinze de Junho de dois mil e seis. Os dois pedidos de esclarecimento que eu solicito ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia: o primeiro – gostaria de ser esclarecido sobre a necessidade, ou não, de apreciação e

deliberação por parte da Assembleia Municipal, relativamente a Regulamentos Municipais de natureza diversa, do tipo dos Regulamentos enumerados com os números cento e quarenta e quatro a número cento e cinquenta e sete, constantes do documento que nós recebemos relativo à informação sobre a «Correspondência Recebida e Expedida» distribuído para esta sessão. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu o orador para dizer: “Peço desculpa, queira ser mais preciso, porque eu não percebi a sua pergunta, porque estava a escrever. Não se importa de repetir?”. -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** retomou a palavra: “Gostava de ser esclarecido sobre a necessidade, ou não, de apreciação por parte da Assembleia Municipal relativamente a Regulamentos Municipais de natureza diversa, do tipo dos enumerados com os números cento e quarenta e quatro a cento e cinquenta e sete, constantes do documento relativo à informação sobre a «Correspondência Recebida e Expedida» distribuída para esta sessão. -----

----- Ainda um segundo pedido de esclarecimento (e solicito também ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia) acerca da obrigatoriedade, ou não, de a Câmara Municipal enviar a esta Assembleia as actas das reuniões do executivo. -----

----- Os dois lamentos que tenho a fazer, e o primeiro, prende-se com o facto de eu querer lamentar o facto de os Deputados Municipais não terem sido convidados a participar no quinto encontro de mogadourenses na Diáspora, que teve lugar no dia vinte e quatro de Agosto último; o segundo lamento, lamentar o aproveitamento político por parte da Câmara e do PSD, que faz, ou que fez, e que tem feito, da corrida de toiros de Urrós ao fazer a distribuição gratuita de bilhetes a alguns munícipes. Se é aceitável uma empresa comprar bilhetes, comprar lugares especiais no Estádio do Dragão, no Estádio da Luz ou de Alvalade XXI, especialmente neste último, isso tolera-se; não se tolera que uma Câmara Municipal use dinheiros públicos em proveito próprio.” -----

► **ILÍDIO MARTINS** interveio para referir o seguinte: “O senhor Deputado Tibério, sem eu ter nada combinado com ele já fez aquilo que eu queria fazer – eu queria exactamente solicitar ao senhor Presidente da Assembleia que solicitasse à Câmara Municipal, ao executivo, que, caso possível, nos fosse fornecida, com a correspondência (é por isso que eu incluí isto neste ponto, nos Assuntos de Correspondência) incluísse exactamente o conjunto das Actas das reuniões do executivo, ocorridas no espaço de tempo que medeia entre as diversas assembleias municipais – se isso é possível e legal – que, no fundo, facilitava um bocado a tarefa de discussão dos programas do município.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** antes de dar a palavra à Câmara Municipal informou que, relativamente às questões que foram apresentadas

sobre a Assembleia Municipal, sobre as actas da Câmara, o Regimento da Assembleia Municipal não contemplava o seu envio; a Câmara, se assim o entendesse, poderia enviá-las (porque também as mandava aos órgãos de Comunicação Social) – competia à Câmara decidir. Sobre a outra questão, informou que a Mesa iria estudar o pedido do Deputado e depois responderia em conformidade. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio de seguida para responder às questões levantadas. Disse: "Quanto à primeira questão que põe, a consulta «Conselho Municipal de Educação», aquilo tem uma Acta, que lhe vai com certeza ser enviada e que vai ser aprovada na próxima reunião. No entanto, não sei até que ponto será possível enviar-lhe a minuta da acta – também não nos pomos fora disso. Quanto aos seus lamentos – convites para a Diáspora – a Diáspora é, de facto, uma coisa especial, não temos feito convites até aqui. Convidamos apenas, portanto, os mogadourenses de facto na diáspora, mas também não ponho de lado em convidar toda a gente, toda a população e isso tudo. -----

----- Quanto aos bilhetes da tourada de Urros, já no mandato transacto eles foram aprovados na reunião de Câmara e, este ano, creio que também foram aprovados na reunião de Câmara. De modo que, é isso que eu julgo quanto basta, com a forma de um subsídio." -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** após a intervenção do Presidente da Câmara disse o seguinte: "Dando agora a resposta assim já muito precisa e rápida, relativamente a esta questão, dos pedidos de esclarecimento sobre estes Regulamentos: os Regulamentos são propostas de Regulamento que eu entendi que devia enviar aos Partidos políticos para apreciação, e indicação, ou possível remodelação ou achega, que me fizessem chegar para eu reenviar para a Câmara, porque estes Regulamentos ainda não foram aprovados. Portanto, ainda não são Regulamentos; são Propostas de Regulamento. E, então, como são Propostas, e como nós queremos tratar estas coisas dentro duma universalidade democrática e pluralista, entendemos enviar este estudo, este projecto, ou anteprojecto – se quiserem chamar – aos Partidos políticos – e eram bastantes – neste caso nas pessoas do senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata para que apreciassem esse anteprojecto para, porventura, poderem dar alguma achega, em tempo próprio, quando eles chegarem aqui para serem aprovados. Penso que é a dúvida que, se está assim redigida, não tenho mais nada a dizer." -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** voltou de novo à tribuna para dizer o seguinte: "A minha dúvida é só esta: é que, da forma como vem escrito na «Correspondência» aqui diz apenas *Regulamento Interno do Parque de Campismo*, por aí fora – não sei se são propostas se são documentos finais, daí o pedido de esclarecimento." -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu este Deputado para dizer: “Depreendo que a relação entre o Presidente do Grupo Parlamentar do PS e o senhor não seja a melhor porque ele sabe perfeitamente que isso foi (eu tive o cuidado de lhas mandar e de lhe explicar também para que é que serviam). Portanto, não estudaram bem a lição os dois”. -----

► **ANÍBAL MORENO** interveio também sobre o mesmo assunto, para dar uma achega do que foi dito (dizia), e continuou: “Não querendo contestar a metodologia que o senhor Presidente seguiu neste aspecto dos Regulamentos, mas penso que estamos numa fase em que não está ainda em discussão pública os Regulamentos e, portanto, só nessa fase é que deveria ser enviado – quando tivesse sido aprovado pela Câmara e depois, na fase em que está em discussão pública; aí é que nós podemos dar as achegas e não antes, nesta fase, porque esta pertence à Câmara Municipal e, que eu saiba, ela não pediu para que qualquer força partidária desse qualquer tipo de achega; essas achegas terão que ser dadas na reunião de Câmara e depois no tal período que medeia, em que está em discussão pública (normalmente são trinta dias).” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse a seguir: “Fico sinceramente estupefacto porque agora parece-me que pequei por excesso de zelo, talvez. Pequei por excesso de zelo porque a minha preocupação, e a pedido da Câmara Municipal – porque eu tive o cuidado de ler os Regulamentos todos – e são bastantes, e de comunicar à Câmara onde estariam possíveis falhas ortográficas, etc. Portanto, penso que é isso que eles querem, ou o que eles queriam. Mas, a seu tempo – a seu tempo – discutiremos o assunto.” -----

-----De seguida, anunciou o último ponto do Período de Antes da Ordem do Dia: -----

-----1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município: --

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto. Depois de tomar nota das inscrições, lembrou que dispunham apenas de uma hora para este ponto, pelo que pedia que as questões fossem apresentadas com alguma brevidade e que respeitassem o Regimento. Entretanto, chegou à Mesa uma Moção, que passou a ler: -----

----- **MOÇÃO** -----

-----“Os deputados municipais eleitos pelo PSD, abaixo assinados, apresentam a moção seguinte: -----

----- **«Alimentação dos alunos do 1.º Ciclo das Escolas suspensas** -----

Ponto Um – O ano lectivo dois mil e seis/dois mil e sete é um ano de profundas alterações e reformas ao nível do Primeiro Ciclo, às quais o Município de Mogadouro se associa e muito se tem empenhado para o sucesso qualitativo neste grau de ensino: disciplinas de enriquecimento escolar, melhores transportes escolares, uma alimentação equilibrada a todos os alunos que o frequentam. -----

Ponto Dois – Neste sentido, e porque verificamos que da suspensão/fecho das escolas do Primeiro Ciclo, pelo poder central, resultaram evidentes situações de injustiça, desumanidade e despesas inesperadas para os alunos que frequentavam essas escolas, vimos pela presente alertar para a necessidade de se definirem regras de isenção de pagamento do almoço aos alunos abrangidos ou, em alternativa, serem tais refeições comparticipadas na totalidade pelo Ministério da Educação. -----

Ponto Três – efectivamente, o acordo relativo a refeições escolares para os alunos do Primeiro Ciclo, de vinte cinco de Outubro de dois mil e cinco, entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, apenas contempla a compensação financeira quando as refeições ultrapassarem o valor de um virgula trinta e quatro euros (ano dois mil e cinco/dois mil e seis). -----

Ponto Quatro – Assim sendo, todos os alunos do Primeiro Ciclo, para almoçar nas cantinas, terão de pagar um virgula trinta e oito cêntimos (valor actualizado dois mil e seis/dois mil e sete) de forma indiscriminada, sejam residentes na sede de agrupamento, sejam residentes em localidades onde as escolas foram suspensas. -----

Ponto Cinco – Como as escolas do Primeiro Ciclo não encerraram a pedido dos alunos, dos pais, nem das autarquias, mas sim do Ministério da Educação, é de bom senso, de grande justiça e de toda a pertinência que o Ministério da Educação tomasse a decisão de suportar na totalidade o custo dos almoços fornecidos aos alunos.” -----

----- Depois de lida a Moção, disse ter de se abrir um novo período de inscrições para discutir este assunto, pelo que declarou abertas as inscrições para esse fim. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** já no uso da palavra, disse: “Esta Moção veio mesmo de encontro àquilo que eu pretendia fazer e que pretendia esclarecer aqui, porque me parece injusto que as crianças, além de lhes ter sido fechada a escola à porta de casa, de serem sujeitas à tortura de uma hora de transporte à noite – de manhã e outra à noite – ainda por cima tenham de pagar o almoço. Isto não é democrático, nem cabe só ao Governo. O Município fez um acordo e, está aqui quem presenciou esse acordo, no dia vinte e três de Novembro, onde se decidiu encerrar as escolas. Por isso, devia-se ter preparado a tempo e horas para estas coisas e não ser preciso agora estar a pôr isto. Também não foi só o Governo que quis encerrar as escolas. Nós sabemos bem que, nos nossos concelhos limítrofes, todos têm mais escolas abertas que nós. Mas, no entanto, insiste-se em dizer que aqui foi assim e, na Comunicação Social, nos jornais, até se mostram, como o senhor Vice-Presidente, solidário com o povo de Meirinhos por o Governo lhe ter fechado a escola. Neste momento, foi o município que lhe fechou a escola! Ou então, explique-me porque a Cardanha está aberta, e o meu colega está lá a exercer, com dez meninos (Meirinhos tinha quinze);

Algo, conseguiram deixá-la aberta, depois de encerrada, com cinco ou seis meninos (não tenho presente); e muitas mais. Gostava que me explicasse isso. A Moção, digo já que vou votá-la a favor – e concordo plenamente com ela”.

----- Acrescentou ainda: “É que, eu tive conhecimento que o Município vai pagar os livros das disciplinas não curriculares – ou extra-curriculares – e porque não paga então o almoço das crianças? Isso é que eu não compreendo.”

► **ANÍBAL MORENO** já no uso da palavra disse: “Sobre a Moção, há nitidamente uma tentativa de, por parte do PSD, de responsabilizar, única e simplesmente, pelo fecho das escolas, o governo Central quando, na verdade, a responsabilidade terá que ser repartida: quer pelo Poder Central, quer pela autarquia local, ou seja, Câmara Municipal. E dizer que as autarquias não foram nem dadas nem achadas para o fecho das escolas, isso é pura mentira. E, basta ver de que consta a Carta Educativa proposta pela Câmara municipal, em que propunha o encerramento de todas as escolas, excepto as três que ficaram, que hoje estão em funcionamento; portanto, o Governo, pura e simplesmente, limitou-se a seguir a proposta enviada pela autarquia, ou seja, a proposta feita pela Câmara Municipal. Quanto a mim, a responsabilidade, de facto, principal, neste caso, é da autarquia local e, como tal, não posso concordar com o teor desta Moção e, como tal, irei votar contra esta Moção.”

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio para dizer que não poderia dar a palavra à Câmara neste assunto uma vez que a Moção tinha sido apresentada pelos Deputados do Partido Social Democrata, mas iriam ter a possibilidade de discutir aquilo noutra ponto.

► **VÍTOR BATISTA** também usou da palavra, e disse: “Era só para esclarecer a questão que o Deputado Moreno levantou da co-responsabilização, ou melhor dizendo, da responsabilização da Câmara, ou seja, responsabilizando a Câmara na sua totalidade, e plena, no encerramento das escolas através da Carta Educativa. A Carta Educativa já vinha sendo trabalhada há muito tempo, com muitas sessões de trabalho, onde todos os agentes económicos, sociais, ou seja, todos os agentes locais estavam representados e, previa, certamente o encerramento. Ninguém contesta o encerramento. E, esse encerramento, previa-se, e era para acontecer quando fossem criadas condições de acolhimento. Ou seja: quando existissem estruturas para acolherem os alunos onde respondesse em pleno à necessidade de alimentação, de actividades desportivas, de transportes, etc., etc. Portanto, isto estava previsto. Agora, não podem responsabilizar para a Carta Educativa este encerramento em cima do joelho e à pressa. A Carta Educativa contemplava, sim, de uma forma consciente e devidamente espaçada no tempo, para não congestionar e não causar os problemas que estão a ser criados hoje. Não aceitamos, nem é

lógico responsabilizar este acto para a Carta Educativa.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** pôs de seguida esta Moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com quatro votos contra e catorze abstenções. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** informou o Presidente da Assembleia que tinha votado a favor mas que pretendia apresentar uma ‘Declaração de Voto’, que a seguir se transcreve: -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- “No que diz respeito à Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, declaro que apenas concordo com a Moção na parte que diz respeito ao fornecimento das refeições aos alunos a quem foram encerradas as escolas. Seja pelo Município, ou em parceria com o Ministério, elas devem ser fornecidas gratuitamente.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu de seguida a palavra aos Deputados que se haviam inscrito para usar da palavra nos «Assuntos de Interesse Relevante para o Município».

► **MARIA ZITA COSTA** já no uso da palavra, disse: “A minha intervenção tem a ver com a nossa recém inaugurada Estação de Camionagem. Bem, eu não percebo muito de arquitectura nem de construção, mas percebo um bocadinho de estações de camionagem porque sou uma frequentadora e passageira assídua de transportes públicos. Está muito moderna, muito bonita, mas, penso que pouco funcional. Os nossos arquitectos (e perdoem-me - perdoe-me a classe) pensam muito na estética, no bonito, mas, o funcional, às vezes, esquecem-se. Senão, vejamos: não tem uma sala de espera para os passageiros – podem-me dizer que tem o café, mas o café não é uma sala de espera. Todas as pessoas têm direito de esperar pelo transporte sem fazerem consumo, e acho que ninguém vai para um café sem consumir seja lá aquilo que for. As bilheteiras, é assim: as bilheteiras têm realmente um ralo por onde deve ser dado o bilhete; agora, diálogo com a funcionária é que não há – e isto é uma experiência própria. Eu fui adquirir dois bilhetes, baixei-me e falei pelo ralo: «Quero dois bilhetes para Bragança» e, como já há anos que eu não ia a Bragança de camioneta, a funcionária disse-me o preço só que eu não o ouvi. Primeiro, ela está, por uma questão de se localizar bem, de frente para o público – não chega ao ralo para me dizer quanto é. Então, deu-me os bilhetes, eu somei, estendi o dinheiro e deu-me trocos. Portanto, não é possível obter qualquer informação – seja de horários, seja do que for – naquele tipo de bilheteira. Mais: a zona envolvente, naquela zona envolvente em que é muito elevada, acho que há falta de segurança porque as pessoas saem e, de repente, dão com aquele declive e depois é que fazem o desvio para poderem descer. É óbvio que, se há algum distraído, dá um trambolhão – porque há pessoas que são distraídas por natureza. O chão, aquelas placas que têm aquela união – penso que é um tipo de areia, não sei o que é – que

ficava bonito, porque agora, metade já não existe, com as chuvas, e aquilo fica perigoso. Aliás, uma senhora de idade já caiu porque a bengala ficou-lhe entre as placas e ela caiu. Portanto, a minha intervenção é no sentido de saber se o executivo vai fazer alguma coisa para sanar esta situação porque, de certeza absoluta, também já viram esses defeitos. Aquilo está muito bonito, é uma obra muito moderna mas, chega-se ali ... O passageiro, no Verão, não há problemas – está ali ao fresquinho, tudo bem. Portanto, pelo menos uma salinha de espera, independente do café, para as pessoas poderem ler umas revistinhas, esperarem a sua camioneta, sem se sentirem acanhadas por terem que ir fazer sala para um café e não gastar dinheiro. ---

----- Quanto às escolas, eu acho que, neste momento, devemos todos trabalhar para que as coisas corram bem, porque elas estão assim! Câmara, Governo; Governo, Câmara – agora já vamos parar e vamos fazer com que os nossos meninos tenham o melhor – seja no transporte – podem não ter ainda o melhor, mas (por acaso eu até estou de férias e tenho-me dado ao cuidado a dar uns passeiozinhos junto à escola, como é que eles entram, como é que eles saem) pode não estar a cem por cento, mas também não está tão mal quanto isso; pelo menos, não me foi dado ver que estivesse assim tão mal. -----

----- E, quero dar os parabéns ao executivo pelas obras que fez de beneficiação na piscina. Pelo menos, agora a gente já sai da água mais segura, sem ter medo de dar logo um trambolhão de seguida. Aquela alteração de piso foi uma boa ideia. -----

----- Agora, senhor Presidente da Assembleia, quero-lhe fazer um pedido: é pedir aos meus colegas que ponham os telemóveis em silêncio (não dizer desligar, mas em silêncio) porque isto é aqui uma sinfonia, um toque *assim*, outro toque *assado* e nós estamos aqui a cem por cento para os trabalhos. Pronto! Em silêncio. Se vier uma mensagem urgente, uma doença, um acidente, com uma mensagem, ou em ‘silêncio’, também toda a gente vê.” -

► **ALTINO ALEIXO** usou a seguir da palavra, e disse: “Hoje vou começar por dizer – e subscrevendo o que disse a Deputada Zita (e fico contente, fico feliz porque não é normal, naquela bancada, alguém expressar aquilo que sente, porque eu sei que, algumas pessoas ...) Ela disse aquilo que sentia e, de facto, criticou uma obra que há muito tempo muitas pessoas criticam e penso, infelizmente continuarão a criticar. E, eu vou começar por aí, dizendo o seguinte: na inauguração da Estação de Camionagem, eu li na Comunicação Social, o senhor Presidente disse que era uma obra que iria servir quinhentos utentes por dia. De facto, não é tudo mentira. Em Mogadouro, há quinhentos utentes a servirem-se desses transportes, e penso que era a esses utentes que o senhor Presidente se estava a referir (penso eu) – que seriam os alunos. Como sabem, nós temos quinhentos e tal utentes de transportes escolares, que nem um único utiliza a Estação de Camionagem. É de salientar também que, todos os outros clientes, ou

utentes, dos transportes rodoviários, onde eles vão apanhar diariamente – excepto nos dias de feira – a camioneta, é em frente ao Liceu, na Rua Luís de Camões (que eu nem sabia o nome, mas tive o cuidado de, antes de vir para a Assembleia, saber). O que disse a Deputada Zita ‘que está de férias e que tem visto o correr normal, a normalidade das escolas’, eu, por outras circunstâncias, também tenho. E, apercebi-me duma situação com relativa gravidade, que é no estacionamento das camionetas quando deixam os alunos e quando voltam a recolher os alunos para os levar para as suas residências. Eu propunha que o executivo da Câmara presenciasse e que tentasse encontrar uma solução. Eu digo: se eu tivesse que tomar uma solução nesta altura, eu iria pôr a Rua Luís de Camões num só sentido – sem estacionamento (proibido estacionar) e num só sentido. Era a minha opinião. Com certeza haverá quem concorde; haverá outras pessoas que não concordam. E, como não será muito fácil os estabelecimentos de ensino saírem desta rua (eu, por acaso, numa troca de palavras com o Deputado Preto, ele disse-me que o Ministério da Educação – não sei se agora – mas nalgum tempo, que andava em negociações para comprar essa casa aí – era uma boa solução, era uma boa iniciativa) eu propunha a este elenco camarário que tentasse também adquirir essa casa que está junto aos Serviços Sociais. Como sabem, essa casa, onde funcionam os Serviços Sociais e a Royal School, quando foi adquirida, a mim eu recorda-me que foi muito criticada, por muita gente, de várias alas do PS, do PSD – tenho uma vaga ideia da crítica que houve; portanto, hoje prova-se que, de facto – fosse mais cara ou menos cara, mais cinco, menos cinco, ou mais dez, menos dez – que tem bastante utilidade: estão lá os Serviços Sociais; está lá a Royal School. Portanto, pessoas que na altura criticavam – algumas delas presentes nesta casa – hoje, penso que não têm razão de crítica. E, eu propunha, se possível, que a Câmara tentasse entrar em negociações com a que está ao lado, visto que até tem lá umas tábuas (ninguém é obrigado a encostar-se lá), mas sabem que aquilo é uma zona de crianças e os alunos andam por ali (eu, por acaso, ontem reparei), agora com o Inverno, com esta mudança de tempo, com os ventos, existem umas tábuas lá em cima (como sabem, os acidentes acontecem a qualquer momento) mas, se as tábuas não estivessem lá, de certeza que nunca cairia na cabeça de alguém. Assim, porventura, infelizmente – que isso não aconteça – mas podem vir a cair. E, se por acaso a Câmara adquirisse esse imóvel em degradação – se fosse possível – e o espaço que tem ao lado (aquele espaço tem uma área muito superior a muitos aparcamentos e a muitas estações de camionagem que existem pelo nosso país fora). Por aí, nesse aspecto, fico-me por aqui. - - - - - Em relação no que foi falado aqui sobre as escolas, e sobre os alunos, e fecha e não fecha, quer-se dizer, isso já fechou! Nós, ainda passado este tempo todo ainda continuamos a discutir isso – não tem razão de ser, a discussão – e eu, nesse aspecto, dou-lhe um bocado de razão à Ministra da

Educação. Se por acaso ela estivesse à espera que fossem criadas todas as condições para os alunos mudarem e estarem todos num Pólo, provavelmente quando essas condições e essas instalações estivessem prontas já as necessidades seriam outras. Portanto, eu acho que, tomam-se as decisões e, muitas vezes, pois, depois de serem tomadas, nunca estão correctamente certas e então, há que ir modificando. Essa situação está feita, está tomada. Vamos, como disse a Deputada Zita, tentar melhorar de facto todas essas condições. -----

----- Outra situação: como sabem, nós temos problemas de água – o nosso concelho tem problemas de água – principalmente no Verão, mas, no Inverno também tem e não são menos graves. Como sabem – hoje não o posso afirmar, mas posso afirmar que há três dias atrás era impossível beber água da rede de muitas freguesias do nosso concelho, e falo em particular da de Travanca. Eu gostaria que o executivo desta Câmara se debruçasse sobre esse assunto porque, de facto, é grave. No Inverno esta situação é grave. No Verão também há situações graves, que já são resolvidas – temos o caso de Urrós que, penso que há dois anos, ou três anos, no Verão, era um crime público o que se estava a fazer naquela freguesia ou o que se fez naquela freguesia, mas pronto. Penso que agora já está resolvido e acho que o executivo devia pensar nesse facto de as mães-d'água, ou os depósitos de água, serem, não terem, não estarem bem concebidos para esse efeito, deixando entrar lamas e tudo o que é de correntes para dentro desses depósitos. Era só.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** falou a seguir, dizendo não ter interrompido a intervenção daquele Deputado por uma questão de delicadeza; contudo, queria pedir-lhes que, atendendo à grande ordem de intervenções, se todos usassem todo aquele tempo, este ponto levá-los-ia até à hora de almoço, estando estipulado apenas sessenta minutos para dele fazer uso. Agradecia por isso que fossem mais sintéticos nas pretensões que apresentavam. De seguida deu a palavra ao Deputado seguinte. -----

► **ALBINO RODRIGUES** já no uso da palavra, disse: “A primeira coisa que eu venho aqui pedir – não sei se sob a forma de Proposta (entendam como quiserem – penso que diz respeito a todos os municípios, e porque passei um bocado pelo concelho, tenho constatado que, de facto, desde capôs de carro, máquinas de lavar, bom, de tudo um pouco e, na vila, não há razão para isso acontecer; é uma realidade, mas continua a acontecer. Nas aldeias, se calhar a coisa não é igual. E aqui, eu faria uma proposta aos senhores Presidentes de Junta: que lá nas suas aldeias, nas suas freguesias, colocassem, ou arranjassem um espacinho onde se pudesse colocar este tipo de lixo, e depois, também, a Câmara assumir passar por lá quando os Presidentes tivessem lixo – desde colchões ... Bem, a nossa floresta (eu e o senhor Presidente da Assembleia tivemos uma experiência muito engraçada, aqui há uns anos, com os miúdos da escola, que foi fazer

limpeza à floresta em Castelo Branco e, em meia hora, os miúdos recolheram cerca de seis toneladas de lixo. Portanto, era uma proposta, e um desafio também, aos senhores Presidentes de Junta porque penso que o ambiente agradece e toda a gente agradece. -----

----- Depois, outro assunto que eu queria aqui rapidamente aflorar, que é o seguinte: mais uma risca amarela - no início, eu lembro-me, uma das minhas primeiras intervenções nesta Assembleia, critiquei veementemente o facto de este espaço (muito bonito, sim senhor, muito bonito) estar encolhido e a população a diminuir; agora, tenho razão. E, tenho razão porque não há um estacionamento para os carros dos professores – porque não há – inclusivamente, quem vem trazer filhos à Pré tem que estacionar em cima da passadeira. A filha do senhor Deputado Salomé, em dois minutos – eu pedi ao senhor Guarda ‘ó senhor Guarda, não multe, por favor, traz uma miúda pequenina’ – em dois minutos levou uma multa. Portanto, não me digam que é uma questão de bom senso da Guarda também – ele passou ali e estava em cima! (Mas também é!) Agora, isto foi criado. Eu, se puser o meu carro em frente à Pré, com os autocarros do outro lado, ninguém passa ali. Portanto, dão-me razão, de certeza absoluta. Não há estacionamentos para professores. A não ser que os professores – eu, por exemplo, vou passar a deixar o meu carro em casa; é evidente que não preciso – mas depois preciso de ir buscar o meu miúdo, à escola lá adiante, porque ele não vem de autocarro! E depois chego tarde às aulas! Portanto, aquilo que a Deputada Zita à bocado dizia, que estava tudo muito bem, parece-me que não está tão bem como isso – parece-me a mim! Isto é uma questão de princípios.” -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Ventuzelo, usou da palavra para dizer o seguinte: “O que eu vou ler aqui é um bocadinho para reflectirmos todos, uns com os outros, e cada um ficar a pensar na sua consciência. Depois, a seguir, lerei um documento em que a Junta elaborou – a Junta de Ventuzelo: -----

-----“*Pertinência e serenidade são palavras correctas para podermos vir aqui a esta tribuna discutir, expor e aclarar ideias, problemas que nos afligem, que nos separam politicamente. Por isso, há homens que lutam um dia e são bons; há outros que lutam um ano e são melhores; há outros que lutam muitos anos e são muito bons; e por último, os que lutam toda a vida – estes são os imprescindíveis.* -----

----- *As coisas conseguem-se com esforço, com dedicação, com paciência, com persistência – claro que a concretização de objectivos bonitos não se faz com fogachos. É necessário uma grande dedicação e uma grande persistência para que as coisas aconteçam. Quem persiste, vence; e quem ainda não venceu tem uma grande solução: continuar a persistir.* -----

----- *A vida oferece-nos imensas oportunidades para aprender se*

tivermos disponíveis para saborear com prazer o exercício de auto-correcção, e pensamentos, e de atitudes. E tudo isso acontece com redobrado prazer quando o fazemos servindo, ou seja, sendo úteis a quem nos rodeia, de mais perto ou mais longe. -----

----- São os que percebem que afinal nada é definitivo; são os que entendem que a trajectória evolutiva é permanente. Por isso lutam depois de alcançar objectivos que afinal não passam de intercalares; por isso lutam sempre e sempre e o fazem com prazer. Obrigado”. -----

----- Agora, vou-vos ler um documento em que a Junta de Ventuzelo elaborou e enviou a estas entidades que temos aqui (ainda não tinha enviado porque queria dar conhecimento a esta Assembleia deste documento – e não o fiz por isso). Portanto, quero dar aqui conhecimento a esta Assembleia, da qual a Câmara também receberá uma fotocópia - uma cópia original, digamos – assinada pela Junta de Freguesia, com os documentos necessários em anexo, aqui não trago os documentos necessários em anexo mas, se for preciso, também os entrego): -----

----- “Excelentíssimo senhor, Inspeção-Geral de Administração do Território (com conhecimento ao Gabinete do senhor Primeiro Ministro, excelentíssimo Ministro da Administração Interna, Governador Civil e Câmara Municipal de Mogadouro). -----

----- Vem esta Junta de Freguesia de Ventuzelo, comunicar a Vossa Excelência, o seguinte: tendo sido já instaurado um processo de uma obra em construção ilegal, pertencente a Afonso Henrique Gonçalves, a qual foi embargada, pela Câmara municipal de Mogadouro, constando já em processo nesse organismo e na qual foi julgado em Tribunal, da qual anexamos fotocópia de sentença. -----

----- No dia dez do oito de dois mil e seis, cerca das dez horas e vinte minutos, esta Junta de Freguesia ficou surpreendida, quando vimos uma máquina retro escavadora, pertença da câmara Municipal de Mogadouro, conduzida por um operador da mesma, a desobstruir as entradas, feitas abusivamente pelo proprietário, para o terreno da Junta de Freguesia as quais, da obra em causa, deveriam ter sido abertas para a rua, o que originou o embargo da obra em causa. -----

----- O elenco desta Junta de Freguesia dirigiu-se ao local, fazendo parar os trabalhos que a máquina estava a fazer, uma vez que o terreno é pertença da Junta de Freguesia de Ventuzelo, conforme anexo de Caderneta Predial da Repartição de Finanças de Mogadouro; o operador da máquina obedeceu à ordem do Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, tendo o mesmo ligado por telemóvel a alguém da Câmara, tendo aparecido de imediato o funcionário Modesto José Rodrigues e perguntou o porquê de a máquina estar parada, tendo o Presidente de Junta fornecido o esclarecimento que a máquina estava a

trabalhar num terreno da Junta de Freguesia de Ventuzelo. O funcionário recém-chegado ligou via telemóvel para o elenco da Câmara Municipal de Mogadouro, tendo a mesma dado ordens decisivas de a máquina continuar a trabalhar abusivamente, num terreno, como já referenciámos, que não pertence à Câmara mas sim a esta Junta de Freguesia, como atrás já foi referenciado, bem como a executar um trabalho particular do senhor “Afonso Henrique Gonçalves” tendo-se deslocado esta máquina da Câmara Municipal de Mogadouro a Ventuzelo que distam trinta e seis quilómetros de vinda e volta, num serviço de uma obra que se encontrava, e encontra, embargada por esta Câmara, por estar ilegal, decorrendo o processo em Tribunal desta Comarca, conforme atrás já foi referenciado. Senhor Director-Geral do IGAT, lamentamos esta atitude, pois nem sequer esta Junta de Freguesia foi consultada por qualquer elemento pertencente ao elenco da Câmara Municipal de Mogadouro, demonstrando assim um abuso e uso de competências e poder ultrapassando os limites de educação, confiança, civismo e vexame, para com o elenco desta Junta de Freguesia, solicitando, a Vossa Excelência, senhor Director-Geral da Administração do Território, que sejam pedidas responsabilidades à Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Por último, quero ainda informar Vossa Excelência que, uma vez que a retro escavadora da Câmara se encontrava nesta freguesia, tinha uns trabalhos da colectividade em vista, foi solicitado via telemóvel, nesse momento, pelo Presidente desta Junta, ao senhor Vereador António Pimentel (Vereador do respectivo pelouro) para nos ceder a máquina para esses trabalhos, uma vez que já não precisava de se deslocar a máquina outra vez. O mesmo referiu com grande autoridade que não era possível e se estava a gozar com ele. -----

----- Perante isto, senhor Director-Geral da Administração do Território, lamentamos tal atitude”. -----

*----- E termino, depois: -----
----- Juntamos em anexo fotocópia da sentença do senhor Afonso Henrique Gonçalves e fotocópia da Caderneta Predial da Freguesia.” E este é o documento, assinado pela Junta de Freguesia que passo depois a entregar. -----*

----- Depois, tenho aqui mais duas questões que eu queria apresentar: -----

----- Como é de conhecimento dos senhores Presidentes de Junta, no princípio deste mandato, penso eu, como eu recebi deviam ter recebido Vossas Excelências também, um ofício do Gabinete do Presidente da Câmara, ou do Secretário (não sei, já não me estou a recordar bem) que, quem quisesse utilizar o autocarro da Câmara tinha que pagar ao funcionário as refeições, tinha que pagar o combustível que viesse a gastar

o autocarro – isto havia se fosse o caso. Mediante essa situação, eu nem me atrevi a pedir mais o autocarro porque a Junta não tem dinheiro para pagar essas coisas todas, não é? Naturalmente, não pedi, mas peço uma explicação ao senhor Presidente da Câmara: desde essa data até agora, as viagens que o autocarro tem feito para um lado e para o outro, com pessoas desta aldeia, ou da outra (que eu não as quero mencionar, porque eu sei de antemão que fizeram), e quero-lhe perguntar se já recebeu, de todas as viagens que fez o autocarro, o combustível, se foi pago as refeições aos condutores, ou estadias. Se no caso de as terem feito – gostaria de ver os cheques passados pela Junta de Freguesia dessas despesas todas. Naturalmente não mas irão dar porque não as têm, não é? Porque, penso eu, que essa medida foi para pôr travão aos Presidentes da Junta de Freguesia eleitas pelo Partido Socialista – e alguns dos outros, talvez (daqueles que menos gostam). -----

----- Depois, quanto à escola de Ventuzelo, uma vez que está fechada e, não é muito dinheiro mas, se calhar, a Junta de Freguesia conseguia pôr lá um ... (não é mini Lar, porque num mini Lar gastava-se muito dinheiro) mas um Centro de Dia (exactamente), um Centro de Dia para a Terceira Idade porque bem o merece. Gostava que a Câmara se pronunciasse sobre isso e me desse uma resposta para a Junta de Freguesia poder fazer alguma coisa por aquela escola que agora vai estar fechada e já estamos a ocupar a outra parte – são duas salas; a outra parte sempre esteve entregue à Junta – é onde é que se faz a Declaração de Voto e algumas reuniões, se é necessário (o povo, quando quer fazer um convívio, ou isso, vai-se lá). E, então... mas, uma vez que a outra escola está fechada, se fosse cedida à Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia tentaria implantar lá, então, o acabado assunto em que eu trouxe aqui. Gostaria que a Câmara se pronunciasse sobre isso e me informasse.” -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra seguidamente e disse: “Hesitei em fazer esta intervenção integrada nesta ordem de trabalhos, ou na outra seguinte – quando se tratará da apreciação da Informação do senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade do Município. Em qualquer dos casos, vim fazê-la agora porque este ponto fala de *Assuntos de Interesse Relevante para o Município* – e, o que é relevante para mim pode não ser para o município e vice-versa; é tudo uma questão de adjectivo mas faz aqui a diferença. São duas ou três questões muito rápidas: ----- Primeira – (estamos em época de lamentos) lamentar que tenham chamado *Sessão de Esclarecimento* a um Comício sobre Energia Nuclear que houve na Casa da Cultura (uma Sessão de Esclarecimento pressupõe debate, pressupõe que haja na Mesa alguém com capacidade para nos esclarecer sobre todos os pontos de vista e, o que ali foi, monocordicamente, ou melhor, duas vozes, a falar ao mesmo tempo – a falar ao mesmo tempo não – a falar no mesmo tom, sobre os mesmos assuntos. O que ali se tratou foi

um Comício – ainda por cima aquilo a que se chama um Comício *ad homine*, isto é, contra uma pessoa, que eu nem sei quem é, nem sequer conheço, mas parece que é um tipo rico cá deste país (não interessa). Portanto, eu aguardo que haja uma Sessão de Esclarecimento a sério para ficar (eu, pelo menos) esclarecido, coisa que não consegui ficar naquele momento. -----

----- Em segundo lugar, problema das águas (aproveito já para, caso o senhor Presidente da Câmara não tenha isso no seu ponto de informação que nos vai dar a seguir, se o quiser incluir, é uma sugestão): que nos dê conta do teor da reunião que foi realizada em doze de Julho com a empresa Águas de Trás-os-Montes e também a que houve em vinte seis de Julho na CCDR sobre o Projecto Intermunicipal de Águas e Saneamento. -----

----- Lamentar também que os candeeiros do largo frontal ao Palácio da justiça não tenham sido ainda mudados, ou melhor, que não sido cumprida a ordem do senhor Presidente da Câmara que tinha sido dada, pelo que nos foi dito há três meses. -----

----- Em segundo lugar, retirar ao senhor Presidente da Câmara o agradecimento que lhe fiz em nome dos velhinhos desta terra porque, é que, de facto, bancos com sombra, hoje haverá, mas nos dias de sol não há. Independentemente dos bancos que lá estão, posso contestar a parte estética deles – de facto não gosto deles (não é por não gostar dos bancos – é porque não os acho enquadrados com o resto do jardim, os que lá estão agora). De qualquer dos casos, a localização deles, que era aquilo que se tratava na última reunião, foi esquecido – sombra há, mas é debaixo das tílias; na borda das tílias, junto aos passeios é muito raro haver sombra. Portanto, retiro o agradecimento que dei ao senhor Presidente da Câmara. Mas, como nem tudo é mau, também gostaria de solicitar ao senhor Presidente da Mesa, se assim o entendesse, que transmitisse as nossas congratulações à Assembleia Municipal de Bragança pelo documento que aprovaram sobre o próximo Quadro Comunitário de Apoio porque, de facto, vê-se que ali há uma perspectiva, pelo menos generalizada, de toda a nossa região, ou distrito, pelo menos, e não o olhar para o umbigo municipal, que é o que normalmente os órgãos municipais costumam fazer.

----- Acho que deixei aqui as coisas ditas. Se entenderem que deva fazer por escrito, para evitar dúvidas, e na próxima reunião ser respondido – ou nesta, se assim o entenderem; acho que os temas são suficientemente simples para serem respondidos de imediato, se assim o entenderem.” -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** usou a seguir da palavra, e disse: “antes de mais nada, quero dizer aqui que subscrevo na íntegra as palavras que a minha amiga Zita aqui trouxe, quer sobre a educação, quer sobre o caso da Central de Camionagem, mas também relembro, ou recordo, e a memória de todos nós não é curta, tudo aquilo que foi esgrimido sobre esse mesmo imóvel – Central de Camionagem – em períodos de campanha eleitoral.

Diziam que era bonita, que era funcional, que tinha uma sala de espera, tudo isso. Bom, está à vista aquilo que é pela voz da própria Zita – não só pela voz da própria Zita, pela voz de muita gente. Embora eu não utilize os transportes públicos, já lá passei, já tive oportunidade de lá ir – e só não concordo com duas coisas: ela nem é bonita nem é moderna – portanto, não é bonita nem é moderna. Tudo o resto é aquilo que a Zita disse. -----
----- Os assuntos que me trazem aqui (agora uma palavra antes disso, também, para o meu amigo, o doutor Lila – a distância física tem destas coisas, não é? A gente não falamos, estamos afastados, temos que começar a preparar as coisas ou falar por e-mail para não nos duplicarmos – é que um assunto que eu trago aqui tem a ver precisamente com aquilo que ele acabou de referir, que é o problema da energia nuclear, tem a ver com o aspecto que ele referiu). Um outro assunto é a educação e foi por isso que, eu na altura não intervim, na altura da Moção, porque iria falar nele agora. Portanto, são dois assuntos que espero ser breve, dentro dos limites da brevidade. -----
----- Então, o primeiro assunto que eu acho que é relevante, ou melhor, que eu acho que não é relevante (e concordo com aquilo que diz o doutor Lila – a relevância é subjectiva, não é?) e só trago à liça mais uma vez o assunto da energia nuclear porque, num curto espaço de tempo, a Câmara Municipal de Mogadouro dedicou dois eventos públicos a esta temática: energia nuclear, ou central nuclear, como queiram chamar-lhe. Estou a referir-me a uma Sessão Pública de Esclarecimento (e depois já vou caracterizar esta sessão pública de esclarecimento) sobre a Central Nuclear, que teve lugar no dia quatro de Julho e ao próprio encontro de Mogadourenses na Diáspora, decorrido no dia vinte e quatro de Agosto, onde este também foi o tema central. Pois bem, a meu ver, bater na tecla do nuclear e da energia nuclear, é, para mim, negativa para o desenvolvimento do concelho. Acho eu, que é levantar lebres que estão deitadas; acho eu, que é gastar energias que são necessárias noutros sítios; acho eu, que é muito mau para a imagem e para a notoriedade do concelho. Dou-lhes alguns exemplos: - por exemplo: Montalegre – é reconhecido pela excelência dos seus produtos regionais em geral, e pela carne de vitela dos homens do Barroso, pelo cabrito, e pelo fumeiro de Barroso em particular; a Boticas, associa-se a carne barrosã, o mel – vão lá ter uma feira neste fim-de-semana – as tabernas de boticas e o *Vinho dos Mortos*; Vinhais – é já a Capital do Fumeiro; Vila Pouca de Aguiar é a terra das cebolas – houve lá uma feira na semana passada; Mirandela é reconhecida não só pela alheira mas também pela excelência do seu azeite e pela prática de desportos náuticos; Macedo de Cavaleiros está associada ao lazer através da barragem do Azibo; Miranda do Douro é património, é cultura; e Mogadouro? Mogadouro é o quê? O que é que nos distingue; o que é que nos diferencia? Mogadouro é já ridicularizado como sendo a terra do

nuclear. Quando eu falo para os meus amigos que vou para Mogadouro: «Ah! Tu vais para a terra do nuclear. Como é que alguém lá pode ir?». Bom, mas agora também já é reconhecido pelo alcoolismo (vinha uma notícia na semana passada no Jornal – nos jornais, na imprensa). Bom, fraca imagem que nós damos da nossa terra! É assim que pretendemos promover o turismo? É assim que pretendemos promover o concelho? Assim não! Bom, este tema de energia nuclear foi objecto de uma Sessão Pública de Esclarecimento – peço desculpa face ao que vou dizer; peço desculpa se vou ferir alguém, ou se vou ofender alguém (não quero) – mas, meus caros amigos, a sessão do dia quatro de Julho não foi uma sessão de esclarecimento. Em minha opinião, e na opinião de muita gente, aquela sessão foi antes um comício político-partidário – toda a gente que lá esteve se apercebeu disso. Se eu soubesse, à priori, o que estava para vir, não tinha lá ido, certamente. Se a Câmara tivesse a intenção óbvia de esclarecer a população sobre a problemática da instalação duma central nuclear em Mogadouro, teria tido a preocupação em apresentar o verso e o reverso da medalha – não estando aqui a defender nem a posição do contra, nem a favor, mas acho que é assim que se esclarece. No PSD, como noutros quadrantes políticos, existem opiniões divergentes sobre a opção nuclear, que é o assunto controverso que todos nós sabemos. Por exemplo, o engenheiro Mira Amaral, ex-Ministro, e ilustre Social Democrata, tem, como todos sabem, opinião diferente da dos oradores presentes (sem qualquer desprimor para os oradores presentes em tal sessão de esclarecimento). Senhor Presidente da Câmara: esclarecer significa apresentar diferentes pontos de vista sobre temáticas que não são consensuais. Assim, e só assim, é que se forma uma opinião pública livre e uma opinião pública independente. Lamento profundamente que o senhor Presidente da Câmara, a quem, pelo seu passado político, se lhe reconhece total independência partidária, e da qual não duvido das boas intenções que o movem ao patrocinar determinado tipo de iniciativas, mas lamento que se deixe por vezes cair em determinado tipo de armadilhas que não servem os interesses do município, mas servem apenas interesses políticos, interesses partidários. Este é o primeiro assunto – ‘energia nuclear’. -----
----- O segundo assunto é A Educação. E sobre o assunto ‘A Educação’ – Educação está na ordem do dia no que respeita à reorganização do Centro Escolar – é com muita pena minha que não tenho elementos que me permitam avaliar o início do ano lectivo (não vivo cá) face a todas estas mudanças operadas na reorganização da rede escolar do concelho. O que sei, sei-o apenas por conversas entre amigos, e por aquilo que vou lendo na imprensa regional, que faz eco destas coisas. E, o que vem na imprensa regional é manifestamente pouco ou quase nada. E o que é que diz sobretudo a imprensa? A imprensa Regional faz eco daquilo que designa por ‘histeria televisiva’ – vi isto num Editorial, fazer referência à histeria

televisiva de pais e encarregados de educação a propósito de manifestações pontuais de descontentamento (com o encerramento das escolas), como por exemplo a população de Lagoaça, como por exemplo a população de Meirinhos que, dizem os jornalistas, se manifestam apenas para jornalista ver e para televisão filmar (isso é o que está escrito, não sou eu que o digo). Contudo, numa leitura mais atenta da mesma imprensa, é possível identificar um outro tipo de histeria (eu até diria obsessão!). Estou a falar de histeria política por parte da Câmara Municipal de Mogadouro em tudo fazer para, face a qualquer obstáculo, face a qualquer manifestação de descontentamento da população relativamente ao processo da transferência dos alunos do Primeiro Ciclo para a Vila, passar o ónus da culpa para o Governo – aliás, isso é bem patente nessa Moção que hoje foi apresentada e, por essa razão, votei contra. Se as coisas correm menos mal, trata-se de assunto da responsabilidade da autarquia; se algo não for bem, o Ministério da Educação e o Governo que se arranjam, pois são eles os responsáveis. Aliás, está aí patente, mais uma vez, nesse texto. É esta a tática da Câmara Municipal de Mogadouro. Ora, isto não é sério. Sério é olhar os problemas de frente e resolvê-los – já aqui foi referido por elementos da nossa bancada, por elementos daquela bancada. Aliás, este tipo de prática política só é possível face a populações pouco informadas e onde o exercício da cidadania é, infelizmente, pouco exigente. No que respeita à educação, em vez desta histeria política, a Câmara devia preocupar-se em resolver os problemas que afectam o sector da educação no concelho. Tratar do transporte dos alunos; exigir do Governo a construção de mal dimensionadas, ou de mal dimensionados – perdão – Centros Escolares, não resolve o problema mais grave, mais sério, que é o combate ao insucesso escolar. Aliás, e sobre esta matéria de encerramento de escolas, toda a gente já percebeu – mas toda a gente já percebeu (relembro o debate que houve aqui há pouco tempo na televisão) – toda a gente já percebeu onde está a demagogia, ou de que lado está a demagogia e de que lado está a racionalidade. Mas, também por falar em insucesso escolar, e para terminar, têm sido vários os pais de alunos que se me têm dirigido reclamando do facto de os seus filhos, e não só, os filhos de outros pais frequentarem em horário escolar determinado tipo de bares e discotecas localizadas nos centros da vila. Dirijo assim um pedido à Câmara Municipal no sentido de que providencie a identificação de tais bares e discotecas e solicite à GNR o reforço de policiamento desse estabelecimento durante o horário escolar. Estaremos assim também a dar mais um passo para reduzir o consumo de álcool na população jovem e a contribuir para o sucesso educativo dos nossos filhos.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** lembrou que já tinham ultrapassado largamente o período de intervenção. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra, e disse: “Colocar duas

questões directamente à Câmara, no seguimento (uma e outra são já no seguimento de anteriores questões colocadas noutras Assembleias Municipais), concretamente, para dizer que, finalmente, a obra da Casa das Artes foi retomada. No entanto, agradecia, ou solicitava, que a Câmara informasse esta Assembleia de quais as alterações que o projecto sofre; se, com essas alterações os custos aumentaram e de quem é a responsabilidade e as razões dessas alterações. Na altura em que questionei o porquê desta paragem me disseram que era uma paragem breve mas, na verdade, a paragem dessas obras ultrapassou o meio ano. Portanto, penso que foram alterações de fundo; haverá provavelmente um aumento de custos, e convém que a culpa não morra solteira e, de facto, se responsabilize quem tem que ser responsabilizado. Por outro lado, mas primeiro dizer-lhe que, ao informar esta Assembleia, e a mim próprio, sobre esta questão, que não seja dada uma informação tão sintética como aquela que me foi dada sobre a questão levantada na anterior assembleia sobre o possível licenciamento dumas novas bombas de combustíveis junto à Biblioteca Municipal que está a ser construída. Foi dito mais, ou foi dada melhor informação na altura, pelo senhor Presidente, em que dizia que houve dois projectos – um foi rejeitado e depois um novo foi aceite – e que estava em estudo, mas que a área de construção ultrapassava largamente aquilo a que tinham direito. Neste momento, a resposta que me foi dada, a sete do nove (eu recebi ontem esta informação), e dizem-me que o pedido está informado e aguarda Despacho. Portanto, mais sintético não podia ser. Não tenho aqui qualquer dado que me diga qual é o ponto da situação. De qualquer forma, volto a solicitar aqui, através da Mesa da Assembleia, que seja dado conhecimento à Assembleia da informação dada pela Chefe de Divisão sobre este projecto.” -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** foi o orador que se seguiu e disse: “Muito rapidamente, só tecer alguns comentários acerca de alguns assuntos que aqui foram tocados, sobretudo a Central de Camionagem, que foi uma obra polémica durante a construção e parece que continua a ser polémica agora que entrou em funcionamento. A minha opinião é que se trata, de facto, de uma excelente obra: bonita, bem conseguida. Em termos de funcionalidade, se calhar, não está cem por cento funcional mas também entendo que neste tipo de obras as deficiências vêm ao de cima quando entram em funcionamento (era impossível saber se as pessoas eram bem acolhidas ou não enquanto não havia lá pessoas a utilizá-la). Concordo que sim, que há ali pontos a alterar, nomeadamente a sala de espera, os gradeamentos no exterior; acho que o espaço exterior é excelente – é um bom espaço de lazer para as noites de Verão em Mogadouro (eu costumo frequentar aquele espaço e acho que é assim). Acho que já foi mais utilizado nestes dois ou três meses de funcionamento que tem do que durante todos os outros anos, em que existia o outro espaço, onde foi implantada a Central de

Camionagem. -----
----- Em relação à intervenção do Deputado Altino, eu só queria aqui refutar a afirmação dele: diz que não é normal as pessoas, na bancada do PSD, expressarem aquilo que dizem. Não posso estar mais em desacordo – aqui não existe a lei da rolha; cada um diz aquilo que pensa e não é contrariado, nunca, em aspecto algum, por isso: não é pedido a ninguém que fique calado. Estamos em democracia; é uma bancada livre; cada um diz aquilo que pensa e o que entende e acho que fez muito bem a D. Zita expressar aquilo que sente, e deixo o apelo a todos os outros elementos que o façam, porque é para isso que aqui estão. Como exemplo (se calhar, talvez ele não saiba, porque não esteve cá no anterior mandato) esta bancada até reprovou, em algumas situações, propostas do executivo. Portanto, é sinal que há liberdade de expressão, e de voto, na bancada do PSD. Talvez esteja a confundir isso com pontos de vista diferentes sobre determinados assuntos mas, é assim, em democracia é assim, e ainda bem que assim é – é isso que faz a diferença. -----

----- Há outros assuntos, sobre o nuclear, e porque também vou dizer o que penso, estou plenamente de acordo quando o senhor Deputado Tibério diz que é negativo falar do nuclear no concelho – eu acho que sim! Acho que estão a conotar demasiado o concelho de Mogadouro com o nuclear. Quer queiramos quer não, quanto mais se fala mais nos estão a associar a esse assunto e é negativo para o concelho. Entendo que, nesse aspecto, está de acordo. E, também não posso estar mais em desacordo quando diz que aquilo que foi um comício partidário. Comício partidário porquê se, até ele diz que, dentro do PSD há pessoas? ... Ele quererá ter dito que as opiniões lá manifestadas eram frontalmente opostas ao nuclear – foi isso também que eu deduzi do *comício*. Mas ele acabou por dizer que, até no PSD, há pessoas que são a favor do nuclear, portanto não posso compreender como é que chama a isso um comício partidário. Mas também acabou por não dizer qual é a opinião dele acerca do nuclear. Perante isto tudo, acho que estamos no bom caminho – o executivo está de facto no bom caminho. Quando há muitas críticas, quando há diversidade de opiniões, é sinal que há muita acção e há muita obra.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** antes de dar a palavra à Câmara, disse para sossegarem em relação ao nuclear porque, ainda anteontem, o Governo Espanhol informou que o nuclear, junto da fronteira portuguesa, nunca; isto aquando da Cimeira em Madrid com o Presidente da República de Portugal. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** já no uso do direito de resposta disse: “Em relação à Deputada Zita, põe aqui os seus problemas – são prementes e já do conhecimento da Câmara Municipal. Faz-se uma obra, vai-se lá e vê-se, de facto, do ponto de vista funcional, há muitas coisas ali a corrigir. Agradeço-lhe profundamente, não é o ter vindo aqui manifestar essa

opinião – agradeço-lhe profundamente é o facto de, há um mês e meio, me ter abordado para dizer assim: «olhe lá, olhe que a Central de Camionagem não está funcional porque não tem uma sala de espera, não tem isto, não tem aquilo». Isso motivou a que, com um mês de antecedência, aquilo que aqui se disse, a Câmara já tivesse providenciado no sentido de ter uma sala de estar – que vai ter, dentro de quinze dias; de providenciar no sentido de deitar a areiazinha entre as placas; de colmatar, na prática, todos os defeitos que tem mas, a sala de estar, é o mais urgente, bem como a vedação, e vão ser feitas a curto prazo. O problema das bilheteiras, com certeza que vamos resolver, com um intercomunicador, que é o que habitualmente hoje se exige e se faz. -----

----- Quanto às escolas, na realidade, temos andado há muito tempo (há três anos e meio a discutir esse problema das escolas – fecham escolas, não fecham escolas). O antigo Governo mandou para aí uma vez um pedido de fechar escolas até três alunos, que a Câmara o repudiou, etc., etc. e hoje isso são factos consumados – não volta atrás essa situação. O objectivo do concelho de Mogadouro, e da discussão do concelho de Mogadouro, e da união entre todos do PSD e do PS – porque isso não é um programa de PSD nem é um programa de PS – é um problema de Mogadouro, é um problema de dotar Mogadouro de uma infra-estrutura que pode vir a ser condicionante do desenvolvimento do concelho, já que perdeu o hospital, e já que agora ficou com um Centro de Saúde, com uma Urgência no Centro de Saúde, dada a sua centralidade, é para botarmos mãos, todos juntos, na formação, de facto, de um Pólo Escolar que mais tarde, e dada a evolução da população dos respectivos concelhos, poderemos ser nós a centralidade dos concelhos do sul do Sabor – Vimioso, Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo e Moncorvo. Vejam isto! Agora, se há oposições que não atingem este objectivo, a responsabilidade cabe a quem ficar com ela. -----

----- Quanto à piscina, acho que era uma obra que se impunha – aquilo estava em muito mau estado. -----

----- Creio que o Deputado Altino está também respondido neste sector da Central. Pôs a questão de quinhentos utentes, ou quinhentos utilizadores daquela – esta informação foi pedida ao Santos e ao proprietário do Expresso, que diz que em Mogadouro utilizam as camionetas quinhentos utentes. -----

----- Quanto ao estacionamento na Rua de Camões – e já agora respondo também a passadeiras, a todas essas coisas de sinalização, quer horizontal, quer vertical – isso vai ser objecto de uma situação (creio que o Deputado Albino pôs uma vez o problema daquela passadeira), isso vai ser objecto de uma análise geral em toda a vila de Mogadouro, para, objectivamente, ver estes problemas. E porquê? Porque nos chega a informação (já não é de agora) que toda esta sinalização, no final de contas, acaba por ser ilegal. Portanto, não está nada registado; não está nada homologado pelas Estradas

ou pelo organismo correspondente. -----
----- Quanto à Casa dos Casimiros, nós gostávamos de possuir aquela casa, até lá iríamos fazer obras – não sei para que faríamos, mas há sempre soluções para essas obras, mas para tudo é preciso dinheiro! Tínhamos agora em primeira análise a compra da Casa dos Magistrados, porque eles ofereceram-na por cinquenta e sete mil contos para aí instalar o Arquivo Municipal. Se houver um dia oportunidade de comprar (como já houve, em Câmaras anteriores) aquele edifício, a gente fará o que fez neste, para instalar seja o que for. -----
----- Quanto às águas, nós temos o projecto, que é o projecto que está a desenvolver-se entre as Câmaras de Mogadouro, entre a Câmara de Miranda e entre a Câmara de Vimioso. A nossa zona poente está praticamente resolvida – o problema da alta – e, agora, resolver o problema através de captação do Douro de Vimioso, Miranda e Mogadouro. Creio que era isto que pôs. Isto não é dos Deputados do PSD nem dos Deputados do PS; ou estamos todos no mesmo barco ou quem se prejudica é Mogadouro. -----
----- Deputado Albino, ‘depósitos de lixos sólidos através dos caminhos, através das vias de comunicação’ – isso já está contemplado; a Câmara já enviou às Juntas que, enfim, quando as Juntas tiverem depósitos dessa natureza, comunicam à Câmara para nós irmos lá por eles. Não vale a pena é fazer roteiros sistemáticos através dessas coisas porque podem não existir. Mas, vai ser um problema muito difícil porque isto é um problema que se vai, portanto, dado a conhecer à população e que a população, ao longo do tempo, se vai mentalizar para isso mesmo, Já agora, porque se falou em lixos, e muito bem, tenho a dizer-lhes que uma tonelada de lixos que se põe nos contentores de Mogadouro, nos ecocentros de Mogadouro, nos ecopontos de Mogadouro (porque já tem ecocentros, tem esses pontos todos, e tem isso organizado) custa muito dinheiro. Portanto, vejam se incentivam também a população a fazer menos lixo, porque isso é necessário, e é possível. ‘Multa em dois minutos de estacionamento com os pais’ (posso fazer-lhe uma pergunta? – Quem foi?). Os senhores desculpem – isto não é fazer comentários acerca da autoridade (não é a minha intenção) – mas, o problema, é que esse senhor entrou aqui em Mogadouro e entrou numa maneira terrível – entrou numa maneira terrível! As queixas que eu aqui tive foram imensas, a ponto de telefonar para Bragança para o chefe dele, para o tenente-coronel Fernandes para que desse aqui um «saltinho» a Mogadouro para falar, e eu só lhe disse: - «Olhe, vai substituir este senhor. Vai substituir este senhor por um da hierarquia correspondente ao posto de Mogadouro. O posto de Mogadouro não pode ser gerido por um Cabo; tem que ser gerido por um Sargento, que é o que lhe compete. Agora, se mandam para aqui um cabo isto é ostracisar ainda mais o concelho. Ao concelho de Mogadouro compete um Sargento – é um

Sargento que tem que aqui estar». Bem, hoje já cá está o Sargento, agora podem-me dizer assim: ‘isso é intervenção na autoridade, é isso, é aquilo’, mas os problemas estavam a ser criados e os problemas devem ser evitados. Contemos que isso se modifique um pouco, mais no ponto de vista da passadeira do que do ponto de vista das multas porque, quem prevarica tem que ser multado e isso não podemos evitar. -----

----- Passo a responder ao Deputado Cândido sobre o documento que vai enviar ao IGAT: aguardemos toda essa solução – comunica ao Primeiro Ministro; comunica ao Presidente da Câmara; comunica ao IGAT. Nós depois analisaremos (nem somos nós a analisar a situação); analisamos a situação para responder perante o IGAT em toda esta situação. -----

----- Quanto ao autocarro, é capaz de ter uma certa razão porque eu, em determinada altura, dei ordens para, e disse: ‘nós não aguentamos tantas despesas com os autocarros, de maneira que têm que passar a pagar, pelo menos, o gasóleo e as despesas com os condutores’. Isso porque é o Futebol, é isto, é aquilo, são as freguesias, são as Associações, e eu entendo que se devem proporcionar idas às excursões com a camioneta – isso deve ter começado a ser feito (não sei se houve respostas acerca disso, positivas, mas vou informar-me e vou-lhe responder). Quanto ao Centro de Dia da Terceira Idade (*fim da faixa da fita magnética*) os seus projectos relativamente ao Centro de Dia. -----

----- Quanto ao Ilídio, a primeira coisa que eu queria fazer-lhe, era dizer-lhe que nunca interpretei o seu agradecimento como do fundo do coração! Ora vamos lá ver! Portanto, até lhe agradeço que o tenha retirado! Entendi-o sempre apenas por uma delicadeza de retórica. -----

----- Quanto à ‘energia nuclear’, ‘comícios da energia nuclear’ – bem os comícios da energia nuclear não foram dois – foram três! Os comícios acerca da energia nuclear, não foram dois: foram três os comícios da energia nuclear. E quem tomou a iniciativa destes comícios da energia nuclear, nem sequer foi a Câmara de Mogadouro! A Câmara de Mogadouro, pelo contrário, esteve à espera que tudo se consolidasse até resolver fazer o primeiro comício e, quando o fez, não convidou apenas o Carlos Pimenta e o Aníbal Fernandes; convidou também, para a Direcção-Geral de Energia, que nos enviassem alguém que contrabalançasse essas situações – só que não mandaram nada! -----

----- Quanto aos candeeiros do Palácio da Justiça, já não há candeeiros daquilo – é preciso mandá-los fazer (e isso não são dois meses, nem três meses que se gastam para fazer os candeeiros). Aqueles candeeiros são cortados de raiz e vão ser implementados lá, como já aqui tive oportunidade de afirmar, mas não é de um dia para o outro. -----

----- Os ‘bancos na sombra’, quero-lhe dizer que, quando fui ver os bancos na sombra, já lá estavam. Quando se referiu aqui, na Assembleia, acerca dos bancos do jardim, parte deles já lá estavam – os novos. De modo

que, corrigir-se-á, se possível, essa situação. -----
----- Quanto ao Deputado Tibério, a ‘Central de Camionagem’: não é bonita, nem é feia; a Central de Camionagem é como cada um a vê. Por exemplo, quando veio aqui o senhor doutor Felício da CCDR do centro, e o Secretário de Estado João Ferrão, da Administração do Território, disse assim: «que maravilha de Central; em Mogadouro, fez, não há dúvida nenhuma, nestes quatro anos, um pequeno POLIS. Muitas cidades ter-se-iam orgulhado com este POLIS que aqui fez». Mas, disse mais (era uma coisa que eu tinha sempre dado uma certa razão à oposição – ‘tapou a porta do cemitério’), e diz assim: «isso até teve a vantagem de tapar a porta do cemitério» – eu, aí, fiquei calado. -----
----- A ‘energia nuclear’: a energia nuclear, eu já disse que, na realidade, os convites foram feitos também à Direcção Geral de Energia e isso tudo. Agora (mas eu até agradeço que estas coisas fiquem fechadas; até agradeço que esta gravação fique fechada. Ou é o tempo que está fechado? O telemóvel? Julguei que fosse a gravação. É que, a primeira vez que eu tentei ler uma acta, disse cá para mim: é impossível eu continuar a falar, porque a repetição dos termos e isso tudo, de maneira que é melhor, de facto não ...). E, sobre o nuclear, é isso. Quando houver dificuldades, apareçam. -----
----- Quanto ao desenvolvimento de Montalegre, Vinhais, em produtos da terra ... Olhe, quanto a Montalegre, tem vinte e cinco anos; quanto a Vinhais, comemorou vinte cinco anos em dois mil e cinco – tem já vinte e seis; quanto a Mirandela e desportos náuticos, falta-nos cá o rio – vamos a ver agora, com a nova barragem, se arranjam os desportos náuticos para competir com Mirandela; quanto a Miranda do Douro, tem lá o património. Nós temos feito algum esforço – e esse esforço não pode ser feito só às custas do município; tem de ser feito a expensas do IPAR – da recuperação da zona envolvente (já se recuperou a Torre; já se fez lá um murinho). Estamos à espera, e tenho alguma confiança nessa senhora arquitecta Paula Silva, que está agora a dirigir o IPAR, que nos prometeu, e fizemos aqui um Protocolo, que assinámos na Câmara, para essas recuperações. Mogadouro, tem uma Feira de Produtos da Terra há quatro anos, não se tem desenvolvido, com certeza, muito mas também, para se desenvolver, é preciso que a população o faça. A Câmara pode incentivar e, então, eu agradecia até à oposição, a todos estes que estão dentro destes assuntos, façam chegar à Câmara, até, um projecto para fazer desenvolver essas coisas – não é ficar de lado para criticar; é dizer assim: «olhe que, talvez por este lado, consiga lá ir». Andámos a incentivar, por exemplo, as cozinhas regionais – ainda chegámos a assinar quatro (eu creio que só uma, em Peredo, está a ser desenvolvida, uma ou duas, e a de Peredo não está a andar para a frente porque não apresenta um documento em que diz que a propriedade que é dela). Temos feito esse esforço mas, o esforço, também,

como sabe, muitas vezes ... (veio aqui uma senhora da UTAD dizer, dar algumas indicações, como seria para pormos os produtos da terra como deve ser, identificados e legalizados, senão, acontece como aconteceu este ano nos Produtos da Terra, na Feira. O doutor Abreu disse-me assim: «eu tenho que fechar a feira porque os produtos não estão legalizados». Está, creio que o azeite, na altura, do engenheiro Manuel Varandas; creio que o queijo do Urrós e mais nada. A solução que eu tive que dar foi: «meu amigo, vá para férias durante oito dias e eu tomo a responsabilidade». Bem, isso não é solução. Portanto, também há dificuldades a respeito disso. -----

----- Quanto aos ‘copos’: quanto aos copos de cerveja que citou aqui, que nós somos o máximo no consumo de álcool do concelho – já se esqueceu? – referia-se só à cerveja!? Isso já não é de agora! Já uma vez fomos premiados, aqui em Mogadouro, por sermos os primeiros no país no consumo de cerveja *per capita*. Agora, eu o que posso, é fazer a recomendação que, evidentemente dentro daqueles parâmetros que eles tinham, eu afinal considero-me um abstémio porque bebo um copinho de cerveja de vez em quando, mas a gente conhece aqui alguém que está depois naqueles dez vírgula sete por cento que dizem que consomem mais que cinco *finos* – litro e meio de cerveja. Eu acho demais! É capaz de vos fazer mal à saúde. -----

----- Quanto à educação, o problema que se põe aqui (eu não vou voltar para trás com essas coisas da educação) mas só queria responder ao doutor Tibério o seguinte: a Câmara Municipal de Mogadouro vê que se está a implementar o sistema da educação. Entendemos que é mesmo sério – não é dizer que não é sério! – é mesmo sério que nós queremos que se implemente o sistema de educação correctamente. E quando nos aparecem as mães do Variz (até estava aqui o professor Castanheira): ‘fazem favor, entendem-se aqui com o Castanheira’, e no fim eu só perguntei - «Querem ir a Lisboa fazer alguma contestação?» – ‘Não; estamos elucidados’. Quando nos aparece o senhor Presidente da Câmara de Meirinhos a dizer que as mães – e nos traz um baixo assinado – que as mães isto e as mães aquilo, bom então, eu tenho obrigação, como Presidente da Câmara, e como não querer que se criem problemas à não implementação da educação no concelho, dizer: «senhor Presidente, vá a Meirinhos resolver uma situação, que não dê problemas». Isto é assim e não há histeria política nenhuma nisso; a histeria política é em quem, de facto, implementa um sistema sem lhe criar as respectivas condições. Aliás, devo-lhe dizer uma coisa: a Câmara Municipal de Mogadouro, quando, aqui nesta mesma sala, e talvez com a mesma frequência que têm aqui da Assembleia, reuniu praticamente todos os pais das crianças do concelho de Mogadouro e diz assim: «como é que está a educação, isto, aquilo, aqueloutro?» e eu disse assim: ‘quem é a representante dos pais? – É a enfermeira Natividade. Então, faz favor de nos acompanhar à DREN, porque temos uma audiência

marcada para daqui a três ou quatro dias, e vamos à DREN'. Bom, na véspera, tive de comunicar à enfermeira Natividade que tinha sido adiada porque a senhora doutora Margarida Moreira ia a Lisboa ver o Ministro. E, desde então para cá, já pedimos mais quatro, e quatro foram aceites, e quatro foram adiadas. De modo que é para discutir alguns problemas, que de facto é premente discutir, na medida em que é preciso ver a capa de atendimento ali da Senhora do Caminho, e outros. -----

----- A frequência de Discotecas nos intervalos, e mesmo antes de começarem as escolas, isso já foi um problema posto aqui por mim no anterior mandato e isso depende muito das escolas – com quem por vezes tenho conversado – e traduz-se por uma organização dos horários diferentes (não sei até que ponto isso vai ter repercussão nos transportes, e isso tudo) e se será possível. E, por outro lado, na GNR passar por lá e identificar, de facto, o estabelecimento de ensino – o que aliás não é difícil; a maior parte deles são aqueles que são ribeirinhos dali. -----

----- Quanto ao Deputado Moreno: 'obra da Casa das Artes' – vou-lhe já explicar, porque estou a seguir uma ordem. -----

----- 'Posto de gasolina', em primeiro lugar – evidentemente que dei ordens para se fazer uma informação acerca do posto de gasolina. Toda a informação que me chegou foi uma informação puramente técnica. Eu tinha dito aqui que aquilo colidia com o prédio do lado, que isto, que aquilo, e então pede-se uma informação técnica – essa informação técnica é dada aqui com conselhos das respectivas entidades que têm intervenção no licenciamento dessas bombas. Como não correspondeu àquilo que o meu amigo queria, que era o procedimento administrativo, mandei-o para trás para a Jurista para descrever todo o procedimento administrativo – ser-lhe-á fornecido. -----

----- Quanto às obras da Casa das Artes, a mesma coisa. Aquilo será escalonado e evidentemente que – até vou antecipar-lhe – foi sujeito a alterações, alterações profundas, alterações de estética, alterações de estrutura, e essa coisa toda, e a responsabilidade disso vai ser pedida – isso, não ponha dúvidas". -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** ainda voltou a usar da palavra para dizer: "Posso falar daqui porque são coisas muito simples, muito breves, só para rebater algumas ... Sobre alcoolismo, evidentemente que a Câmara não tem culpa – ninguém tem culpa disso. Sobre alcoolismo, sobre copos de cerveja, isso é um problema de educação, que se resolve com tempo. É triste nós vermos o nosso concelho no topo dessa lista, não é? Porque é que há-de ser Mogadouro e não outro qualquer? Porquê Mogadouro? Porquê o meu concelho? -----

----- Em relação à histeria política, eu só peço é que se acabe com este jogo de pingue-pongue. Todos nós temos responsabilidades e há que assumir as responsabilidades e andar para a frente – não há mais nada sobre

isso. Acho que já toda a gente percebeu que estes jogos políticos não interessam a ninguém. E, disse e repito: já todos percebemos onde está a demagogia e a racionalidade”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu este Deputado para dizer que, se era para fazer alguma intervenção, teria que ser de pé e virado para a Assembleia, por uma questão de educação para com todos. -----

► **ANÍBAL MORENO** também usou ainda da palavra para dizer que, da intervenção do senhor Presidente tinha ficado com a ideia confusa, no fundo, e que convinha que ficasse esclarecido a questão levantada pelo Presidente da Junta de Ventuzelo, Cândido, sobre o pagamento do combustível do autocarro, pois tinha ficado com a ideia, depois da explicação do senhor Presidente, que, afinal, tinha sido o senhor Presidente que se tinha lembrado, em determinada altura, por causa dos muitos pedidos, de colocar esta questão de pagar (porque havia muitos); mas, no fundo – continuou – não estava (era essa a ideia com que tinha ficado depois da explicação dada pelo senhor Presidente) a ser cumprido rigorosamente, nem havia deliberação de Câmara, pelos vistos, sobre aquele assunto. Por isso achava que devia ficar de facto esclarecido sobre o pagamento, ou não, do combustível sempre que se utilizasse o autocarro pelas Juntas de Freguesia ou pelas colectividades deste concelho. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, como a Câmara não pretendesse voltar à tribuna neste ponto, anunciou de seguida o primeiro ponto do Período da Ordem do Dia: -----

----- **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;*** -----

----- De seguida, deu a palavra à Câmara Municipal para que fizesse a apresentação deste ponto. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** já no uso da palavra, referiu que isto era, no final de contas, o costume. Ali estava, em resumo, a relação de toda a actividade exercida por ele naquele período, bem como a dos Vereadores. Referiu ainda que, muitas daquelas reuniões que ali constam com a sua titularidade, têm também, muitas das vezes, a presença de algum dos Vereadores dos respectivos pelouros. -----

----- Quanto à situação financeira do município, disse: “agravámos aqui um pouco o fornecimento a fornecedores em cerca de quarenta e três mil euros. Este agravamento está relacionado com os atrasos que temos de pagamento à FOCSA (lixos) e ao Santos. Reduzimos o endividamento a empreiteiros em cerca duzentos e tal mil euros, e também optei por pôr

aqui nos Fundos Comunitários a receber, que andam à volta de um milhão. O resultado final é que a diferença desta dívida que temos é de um milhão e trezentos e seis mil euros”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto.

----- Não se verificando qualquer pedido de inscrição, apresentou de imediato o ponto a seguir na Ordem do Dia:

----- **2. 2 Análise e deliberação sobre “PROPOSTA DE LEI DAS FINANÇAS LOCAIS”;**

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto.

----- Entretanto, foi interpelado por um Deputado que, da sua bancada, lhe fez uma pergunta acerca do ponto em título, ao que lhe respondeu que este ponto estava de acordo com o pedido que tinha sido formulado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, que pedia que fosse analisado profundamente o teor da Proposta de Lei do Governo, a ser apresentada em breve na Assembleia da República, e que da análise saísse uma deliberação inequívoca de rejeição à referida Proposta de Lei, sendo nessa base que se tinha decidido incluí-la na ordem de Trabalhos – analisá-la (por quem leu a lei, por quem a analisou) e, depois dessa análise, sair dali uma deliberação naquele sentido.

----- Anunciou de seguida que tinha chegado à Mesa uma Moção oriunda da bancada do Partido Social Democrata, a qual passou a ler:

----- **MOÇÃO** -----

----- *Sendo inquestionável que o país atravessa actualmente uma situação económica difícil, que importa inverter, não é menos verdade que os municípios são, efectivamente, o motor de desenvolvimento local e regional, responsáveis directos pela gestão de proximidade entre a administração central e o poder local, e os menos responsáveis pela inquinação da despesa pública.*

----- *Perante a conflitualidade emergente da Proposta de Lei das Finanças Locais, considerada pela esmagadora maioria dos municípios portugueses altamente gravosa e ruinosa, confusa e suspeitada de alguma leviandade política ao permitir diferenciar e utilizar verbas discricionariamente em favor de clientelas partidárias, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, defensor e solidário com todos os municípios em dificuldade de cumprimento financeiro por força da aplicação desta lei, propõe a esta Assembleia a rejeição inequívoca deste Projecto de Lei, e apela ao bom senso do Governo para que, em sede de concertação, promova os mecanismos necessários ao melhor esclarecimento e negociação, sem que se coloquem em causa os valores da autonomia municipal, outrora bastante cara ao Partido Socialista, enquanto Partido de oposição.*

----- De seguida, disse que deixava ao critério dos senhores Deputados alguma intervenção que quisessem fazer respeitante a esta Moção. -----

----- Deu a seguir a palavra ao Presidente do Grupo Parlamentar do PSD para que fizesse a defesa da Moção apresentada. -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** disse: “Em relação ao assunto que estamos a tratar neste momento – Projecto de Lei das Finanças Locais – e no que se refere ao projecto de Lei das Finanças Locais, sobretudo nos seus objectivos gerais, e apesar de, no seu artigo segundo, referir que respeita os princípios da coerência, na nossa perspectiva, esses princípios são apenas aparentes na medida em que esquece todas as incoerências e injustiças do passado e não acrescenta nada de novo ao presente em termos financeiros. Esta proposta de lei, e para o presente, visa transferir novas competências para os municípios, nomeadamente as que são referidas no seu artigo vigésimo quarto (são na página vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis da exposição dos motivos). Portanto, são as funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social e que eu passaria a ler algumas das competências transferidas para os municípios: «As despesas de funcionamento corrente do pré-escolar público, nomeadamente as remunerações de pessoal docente, os serviços de alimentação, as despesas de prolongamento de horário e transporte escolar; as despesas de funcionamento corrente com os três ciclos de ensino básico público, nomeadamente as remunerações de pessoal não docente, os serviços de alimentação, as actividades de enriquecimento curricular e o transporte escolar; as despesas com professores, monitores e outros técnicos com funções educativas de enriquecimento curricular; despesas de funcionamento corrente com os centros de saúde, nomeadamente remunerações de pessoal, manutenção das instalações e equipamento e participações nos custos de transportes dos doentes; as despesas de funcionamento dos programas municipais de cuidados de saúde, as despesas de funcionamento de programas de promoção da saúde desenvolvidos nos centros de saúde e nas escolas; as despesas de funcionamento de creches, jardins de infância e lares ou centros de dia para idosos, nomeadamente as remunerações do pessoal, os serviços de alimentação e actividades culturais, científicas e desportivas; as despesas de funcionamento de programas de acção social de âmbito municipal no domínio do combate à toxicodependência e da inclusão social». Portanto, isto significa que, com a educação, saúde, e acção social são praticamente todas as despesas a correr por conta do município, o que chegaria para absorver todas as verbas previstas em todos os fundos em que os municípios têm direito. Por outro lado, este projecto de lei, ao acabar com a possibilidade de transferência de verbas para as autarquias através da cooperação técnica e financeira, os chamados contratos-programa, que as autarquias celebram com o Governo (e todos sabemos o que é que este

município conseguiu fazer através de contratos-programa no último mandato) está a diminuir as oportunidades de financiamento do poder local, tornando-o mais dependente do poder central e caminhando a passos largos para a funcionalização das autarquias. Outro aspecto não menos importante desta proposta prende-se com o aumento dos constrangimentos à possibilidade de contrair novos empréstimos dada a importância destes na gestão autárquica – tornaria impossível a gestão de muitos municípios. Por estes motivos citados, de forma aligeirada (porque muito mais ainda haveria para dizer acerca desta proposta de lei), entendemos que devemos dar o nosso apoio à Associação Nacional de Municípios na luta que encetou com o Governo no sentido de impedir que este Projecto de Lei se torne de facto uma lei e que, se for por diante, tornará muito difícil a gestão dos municípios, pelo que solicitamos que seja votada favoravelmente a moção que apresentámos à Mesa”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou a seguir da palavra começando por dizer dar-lhe a ideia de haver ali alguma confusão metodológica. E prosseguiu: “O que se trata no ponto da Ordem de Trabalhos, que diz o seguinte: ‘*Análise e deliberação sobre a Proposta de Lei das Finanças Locais*’ – a Lei das Finanças Locais é um documento que está consubstanciado num documento que foi distribuído a todos nós. O que aparece agora aqui para discutir é uma moção de um Grupo Parlamentar, suponho (não sei se é um Grupo Parlamentar se é um conjunto de Deputados Municipais), o senhor Presidente não esclareceu esse ponto, mas também é irrelevante. O que apareceu aqui para votação é uma moção de (não sei se é assim que se chama) uma proposta de um Grupo Parlamentar sobre a proposta apresentada pela Associação de Municípios. Portanto, há aqui duas questões, dois planos: um, é a propósito do que a Associação de Municípios vai fazer, ou já fez; outro, é a proposta que aqui se está a discutir nesta Assembleia Municipal – nós também não queremos ter a petulância de resolver os problemas nacionais (nem sequer os senhores deputados de Lisboa os conseguem resolver, que faríamos nós!). Eu só queria aqui trazer um ou dois pontos prévios que acho que têm interesse: primeiro – suponho que é do conhecimento de todos, pelo menos é a informação de ontem à noite e de hoje, dizia que estava agendada para o próximo dia três de Outubro uma reunião da Associação Nacional de Municípios com o Governo para isto (na véspera da reunião formal da Associação de Municípios – o que implica que haverá alguma tentativa de acordo); depois – palavras do senhor Ministro, que hoje de manhã ouvi, pondo as coisas em seu sítio, isto é, a Assembleia de Municípios, e até a nossa Assembleia Municipal, têm poderes para fazer sugestões mas, o Governo reserva-se – o Governo e a Assembleia da República – reservam-se o poder legislativo em Portugal – por enquanto! Portanto, acho que é um bocado *chover no molhado* estarmos aqui a atirar achas para a fogueira ou

dizer o que está aqui muito bem ou muito mal. Nós nem sequer sabemos qual é a proposta definitiva! Tudo leva a crer que no próximo dia três nasçam propostas novas! ...Que estamos aqui nós a fazer a perder tempo? “

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou a seguir da palavra e disse: “Não é verdade que o Município participe praticamente todas as despesas com a educação – isso não é verdade, é mentira! Até porque, por cada criança, o Ministério participa, por essas actividades (penso que é Inglês – não sei se mete música e as outras) duzentos e cinquenta euros por criança. E participa também, à parte, não sei quanto por almoço – sabem perfeitamente! E não vejo razões – é que não vejo mesmo – para estes queixumes todos porque este Município deve ter muito dinheiro. Quando se constrói uma Casa das Artes e há uma Casa da Cultura (não sei que actividades tem), quando se deitam obras abaixo para construir outras, não percebo porque é que isto vem aqui”. -----

► **ANÍBAL MORENO** também usando da palavra, disse: “A questão que se coloca hoje em dia com a nova proposta da Lei das Finanças Locais ... Primeiro, sobre a Moção, dizer-lhe que não concordo minimamente com esta moção e, como tal, rejeito-a na totalidade. E, a forma como o seu primeiro proponente a defendeu, dizendo que não tem em conta as incoerências e injustiças do passado; não tem em conta a dependência do poder central ... Bem, se alguém fez alguma coisa pelo poder local, foi o Partido Socialista quando esteve no Governo o engenheiro António Guterres como Primeiro Ministro. Foi nessa época que as transferências de verbas, do poder central para as autarquias, duplicaram. Portanto, houve muito respeito e muita admiração pelo poder local por parte do Partido Socialista. Portanto, não recebemos lições de injustiça, dizendo que há aqui injustiças; se as houve no passado, foram praticadas por aqueles que, estando no poder na altura, suspenderam a aplicação da lei das finanças locais – concretamente, na altura do Governo do doutor Cavaco Silva. O que está aqui em causa nesta nova lei, principalmente porque alguns autarcas, ou seja, alguns senhores Presidentes de Câmara se têm colocado contra, é a questão do endividamento porque, nas outras questões, se há transferências de competências para as autarquias, elas são acompanhadas das transferências dos meios financeiros. Portanto, tudo o que foi lido aqui, dizer que a responsabilidade da autarquia pela educação, pela saúde, aí, se for, com certeza que vai acompanhada também das competentes transferências financeiras. Portanto, não há transferência de competências sem o acompanhamento das transferências financeiras. Agora, o que aqui está em causa, e o que se coloca, é a questão do endividamento, e acho que todos nós temos que reflectir sobre esta matéria. Há algumas autarquias que é uma pouca vergonha, ao ponto que se chegou, Arranjou-se tudo e mais qualquer maneira de contrair dívidas e, portanto, isto põe algum travão ao endividamento municipal porque, se não fosse colocado esse travão, dá-me

a impressão que a Associação Nacional de Municípios não colocava nenhum entrave à nova Lei das Finanças Locais. E, por outro lado, não me peçam, e nem ao Grupo Parlamentar do PS, para votar a favor essa moção quando, com esta nova lei, o município de Mogadouro tem um crescimento de catorze ponto nove por cento no aumento das verbas a transferir por a administração central para o poder local, concretamente, catorze vírgula nove por cento e, que a lei também diz, que não pode ter uma variação superior a dois e meio por cento e, portanto, depois de corrigida, terá um aumento de dois ponto quatro. E, portanto, não me peçam a mim para votar uma moção em que rejeita esta proposta do poder local em que o município de Mogadouro sai beneficiado. -----

----- Por outro lado, e também para as Juntas de Freguesia, pela primeira vez, com esta proposta de lei, as freguesias vão ter direito a cinquenta por cento da contribuição autárquica rústica, o que até agora não tinham direito a nada e por isso, é também, nesse aspecto, benéfica para as Juntas de Freguesia. E como tal, não me peçam, como eu dizia, para votar favoravelmente essa moção porque é contra o enriquecimento do concelho de Mogadouro e com esta nova lei o município de Mogadouro não sai nada prejudicado, antes pelo contrário, sai beneficiado”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse haver que acabar com aquelas inscrições a conta-gotas pois não fazia sentido estar a pedir às pessoas para se inscreverem e depois vão-se inscrevendo à medida que os discursos se vão desenrolando. Assim, e excepcionalmente, disse, a Mesa iria dar ainda a palavra aos oradores que se seguem, considerando de seguida encerradas as discussões sobre o assunto em apreço. -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** já no uso da palavra informou que não se havia inscrito em virtude de não se ter apercebido de que as inscrições haviam encerrado. A seguir, disse pretender fazer um pedido de esclarecimento porque, pelo que se apercebeu, e também por conversas paralelas, a sua dúvida parecia relacionar-se com a dúvida que tinha o doutor Vítor Batista, que era a propósito do ponto da Ordem de Trabalhos, a discussão e deliberação da Lei das Finanças Locais. Prosseguindo, disse: “O pedido de esclarecimento é este: com que objectivo é agendada a análise da Proposta de Lei das Finanças Locais? Bom, eu, a análise, ainda entendo. Mas, agora pergunto: qualquer deliberação que nós, que esta Câmara, venha a tomar sobre esta Proposta de Lei, que tipo de consequências acarreta? Ou seja, mais especificamente, mais directo: é, ou não, da competência desta Câmara deliberar, decidir, votar, aprovar ou reprovar a Proposta de Lei emanada do Governo e que há-de ser submetida à discussão e aprovação por parte da Assembleia da República? Esta é a minha dúvida, porque é isso que está ali naquela, no agendamento para hoje. Depois de ver esclarecida esta situação eu falarei sobre a Proposta de Lei das Finanças Locais; até lá, abstenho-me de comentar a proposta, por

isso, mantenho-me inscrito para falar sobre a Proposta de Lei”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “Sobre a proposta voltamos lá outra vez, vamos lá. Ainda estamos sobre a Moção. É que nós, às vezes, confundimos as coisas, quando queremos, não é?”. -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** voltou de novo à tribuna e disse: “Então, para ver se nos entendemos acerca daquilo que estamos a discutir, aquilo que eu deduzo desta situação é o seguinte: é óbvio que a Assembleia Municipal não tem poderes, nem de longe nem de perto, para aprovar ou reprová-la uma lei do Governo (que ainda nem é lei – é um projecto de lei) mas pode-se pronunciar acerca dela. Foi nesse sentido que nós entendemos que devíamos fazer entrar uma Moção onde dá conta do nosso repúdio a esse mesmo projecto de lei que virá a ser lei, obviamente, se o Governo o entender, uma vez que tem a maioria na Assembleia da República. De qualquer forma, reservamo-nos, e temos a liberdade de manifestar a nossa opinião acerca disso. É isso que, neste momento, estamos a discutir e foi por isso que entregámos a Moção. -----

----- Quanto ao facto de dizerem que as despesas com a educação não são todas, é evidente que não são todas. Mas, se de facto lhe parecem poucas as despesas que são transferidas para o município, eu disse aqui, e não tenho problemas em afirmar que, com certeza, absorverão todos os fundos a que a Câmara tem direito, e não chegarão, com toda a certeza. -----

----- Depois, o senhor Deputado Moreno diz que se alguém fez alguma coisa pelo poder local foi o engenheiro Guterres, na altura em que era Primeiro Ministro. Se calhar estou de acordo consigo, mas todos sabemos o que é que o engenheiro Guterres fez quando chegou ao Governo – apanhou uma economia em alta, o país estava pujante, e distribuiu por tudo e por todos. Depois, deu naquilo que todos sabemos: ao fim de seis anos caiu no pantanal político e teve que ir embora. Mas isso não foi só com o poder local – foi com tudo – foi com os rendimentos mínimos, foi com quase tudo, todos sabemos da história, não é? -----

----- Quanto aos entraves ao endividamento municipal, acho que quem é eleito para gerir o município, acho que lhe é reconhecido pelas pessoas a capacidade de o gerirem bem – ganham esse direito em eleições – portanto, também não entendo que seja o poder central, embora ponha alguns entraves, mas que o vá limitar da forma que o quer fazer porque são eleitos os responsáveis para o gerir, a eles é que, ao fim de cada quatro anos, são-lhe pedidas satisfações acerca disso. Portanto, eles saberão certamente cuidar do endividamento e da situação financeira do município a que presidem. -----

----- Quanto ao facto de dizer também que o nosso município, particularmente, irá ter um acréscimo de catorze por cento nas verbas, num total de dois por cento ao ano, isso é uma cortina de fumo que estão a querer criar porque, os dois vírgula quatro por cento, todos sabemos que

são facilmente absorvidos pelos valores da inflação. Ano a ano isso representa crescimento zero. -----

----- Depois, há outra questão, também, que me deixa um bocado confuso nesta situação. Obviamente que os senhores virão aqui defender a *dama*, mas eu não percebo como é que a querem aqui defender se o país inteiro, sobretudo os municípios socialistas estão todos contra este Projecto de Lei! A não ser que não andem minimamente atentos aos noticiários, aos jornais, que, constantemente autarcas a manifestarem-se contra esta lei. Ainda ontem, por acaso, num jornal, no *JN*, um autarca socialista, de Espinho, o senhor José Mota, que há doze anos é Presidente (já foi dirigente nacional do Partido Socialista e é Presidente da Câmara há doze anos) e diz assim: *‘Esta lei deve ter sido o resultado de algumas pessoas que não conhecem a realidade do país. Admito até que tenham tido a colaboração de algumas pessoas frustradas por nunca terem conseguido ser eleitas presidentes de Câmara ou de Junta’*; depois, continua dizendo: *‘Estão a tentar fazer das autarquias os bodes expiatórios. É uma tentativa de se limitar, de uma forma inadmissível, o funcionamento das Câmaras – acrescenta o ex dirigente nacional socialista que preside há doze anos à Câmara de Espinho, daí que José Mota atire a Cabrita* (portanto, ao Secretário de Estado responsável por este Projecto de Lei) *os mesmos que, numa altura, diziam que um tostão investido pelas autarquias vale mais que um milhão, são os mesmos que procuram encontrar no poder local o alvo de todos os problemas’*. Isto é apenas um exemplo porque, quem consultar os jornais, todos os dias, ouvir os noticiários, estão constantemente a ser bombardeados com notícias deste tipo. Portanto, eu entendo que a Proposta de Lei é para rejeitar. Entendo que a nossa moção deve ser votada favoravelmente”. -----

► **VÍTOR BATISTA** usou a seguir da palavra, e disse: “Relativamente a este ponto, a lógica de surgir esta moção, depreende-se, por alguma confusão que possa suscitar aqui o que está redigido porque diz *‘análise e deliberação’*. Não estou a imputar culpas à Assembleia, mas é a Assembleia apenas reportou aquilo que vinha pedido da Associação de Municípios. Mas como gerou aqui alguma confusão... Então porquê? Porque nós podemos analisar sim, não podemos é deliberar – deliberar no sentido de vincular um carácter legal. Portanto, é nessa, como não lhe reconhecemos, é por não o reconhecermos, é que a forma de a discutirmos, e de a apreciarmos (porque isto que vamos a fazer é uma apreciação) é através da moção. Portanto, a moção é a forma de enquadramento lógico para discutir e apreciar esta proposta. Portanto, não gere muito confusão. Eu acho que a proposta não é à parte, no meu entender, nós, neste momento, eu, pelo menos, estou já a discutir a Proposta de Lei – que o estamos a fazer através do líder da bancada do PSD, que apresentou, também subscrito pelos restantes membros, a tal moção que, no fundo, é a

apreciação já, final, da Proposta de Lei. Em primeiro, isto era para esclarecer (foi interrompido neste momento pelo Presidente da Assembleia que disse: «Deputado, deve-se cingir só ao teor da moção, tenha paciência. O resto eu posso esclarecer! Deve-se cingir, neste momento, à apreciação da proposta que é o que está em causa, porque, doutra forma, temos aí Deputados inscritos também para se pronunciar e também foi-lhe retirada a palavra no momento oportuno, não é?») -----

► **VÍTOR BATISTA** prosseguiu com a sua intervenção tentando explicar ao Presidente da Mesa que, ao ser discutida a moção, estavam também a reportar-se já para a discussão da proposta. Disse ainda: “Não vale a pena duplicar aqui as intervenções e prolongar mais a Assembleia. Relativamente, então, à apreciação da própria proposta, vir aqui a dizer que o município vai ganhar em termos de transferências de verbas, não vai ganhar nem perder, pelo que já foi explicado aqui, porque o crescimento de catorze por cento de dois mil e meio ao ano é a respectiva e a normal inflação que vai ser absorvida naturalmente. Portanto, isso, no resultado, bate zero. Portanto, o que aqui me preocupa não é isso, que, em termos de dinheiro, vai ficar igual; no fundo, é o teor e o espírito que está aqui implícito. É que, no fundo, é uma forma de centralizar, ou desenvolver um processo de centralização da gestão autárquica. E, se nós nos reportarmos e caracterizarmos o nosso concelho e o nosso distrito, se nós formos ver o desenvolvimento que nós efectivamente tivemos, eu acho que foi, se o poder autárquico a nível nacional é responsável por cinquenta por cento do PIB, aqui no concelho de Mogadouro, e no distrito de Bragança, é responsável, assim de uma forma leviana, se calhar, por (**fim da faixa da fita magnética**). Quer dizer que, o desenvolvimento económico e social e todos os aspectos, educativo – todos os aspectos da sociedade – são da responsabilidade autárquica, ou seja, a nível de Câmara, ou a nível de Juntas de Freguesia – é isso que me preocupa! E, estar a retirar essa autonomia do poder local é estar a centralizar, é estar a castrar o desenvolvimento porque, se estivermos à espera que o poder central olhe para nós de uma forma directa, e real, para nos desenvolver, nós vamos ficar cada vez mais desiguais porque, o que está a acontecer, e o que tem acontecido até aqui, é uma litoralização do país e uma litoralização de Trás-os-Montes. Porque, nós se vemos, o poder central onde tem investido os seus capitais? É no eixo Chaves, Vila Real, Régua, que segue para Lamego e Viseu. Portanto, nós estamos numa litoralização, numa permanente litoralização de Trás-os-Montes; não só de Portugal mas de Trás-os-Montes – porque isso é que me preocupa realmente – porque somos os únicos, distrito, que estamos carecidos em termos de investimento público e este documento, o que vai reportar e o que vai desenvolver no futuro é uma dependência muito maior do poder central e isso é que me preocupa – não são os números, não são nada. E, uma das coisas que castra o

desenvolvimento é precisamente a capacidade de endividamento. Eu sei que deve ser controlada – mas já está a ser controlada neste momento; os municípios vai ser cedida a possibilidade de se endividar à medida que é analisada superiormente, ou seja, por uma entidade externa, e que não lhe permite entrar numa situação de ruptura financeira, ou seja, já existe um agente externo que controla o endividamento dum autarquia – isso já está a ser controlado – mas, no futuro, o que vai acontecer, com este documento, é o seguinte: é que, para podermos desenvolver o nosso concelho, temos que ir ao beija-mão e isso não pode acontecer”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** lançou de seguida a moção à votação, tendo esta ficado aprovada por maioria com três abstenções e dezoito votos contra. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse de seguida o seguinte: “Para que compreendam, nós, à medida que vamos recebendo propostas e requerimentos, é da obrigação da Mesa (foi neste momento interrompido por um Deputado, a que passou a responder: a soma dos presentes... matematicamente... não estão cá mas contam para a maioria. Porquê? Ó Deputado Albino, só colocamos estas questões... os senhores querem? Tenham a maçada, quem vota a favor... bem, mas é que, perante este exercício de exigência ridícula... por amor de Deus, isso eu nunca vi em lado nenhum, nem na Assembleia da República quando eles se ausentam até a tomar café. Mas, se quiserem, e se tiverem dúvidas que a diferença dos contra é assim tão significativa nós também os fazemos levantar que eles também estão para aqui para isso). Bom, então, em relação a este assunto, permitam-me que eu também esclareça em nome da Mesa, ou como Presidente da Mesa, a razão pela qual este assunto foi agendado. Foi agendado por dois motivos fundamentais: nós somos parceiros da Associação Nacional de Municípios para o bem e para o mal; entendo que, neste caso, somos parceiros da Associação Nacional de Municípios para o bem e se a Associação Nacional de Municípios, que é quem nos regula em termos autárquicos, se nos pede, por um ofício que eu tive a ocasião de mandar a todos os senhores, mas que depreendo que, se calhar, não o leram todos, e que não espere (e eu só vou ler o parágrafo que faz referência): *«Reitera-se a gravidade – de todas a mais grave da nossa História – em que se constitui tal proposta para os municípios, designadamente em matérias de autonomia, critérios de distribuição e endividamento municipal. Por isso, o Concelho directivo da ANMP solicita a V. Exa. que, até ao dia treze de Outubro, promova uma reunião do órgão autárquico a que preside, com uma agenda de trabalhos que privilegie a análise circunstanciada das inadmissíveis soluções preconizadas na Proposta de Lei, culminando a discussão com uma deliberação de rejeição inequívoca de tal proposta, posição que requeremos seja enviada, para nosso conhecimento, aos serviços da ANMP.»* Com base neste pedido do nosso

parceiro eu, na reunião que tive com os líderes parlamentares para o agendamento, portanto onde esteve presente o senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, conjuntamente com a Mesa, preocupados que ficámos com o conteúdo deste ofício, deliberámos, por unanimidade, que este assunto devia de ser, ter aqui uma análise e uma discussão e, dessa discussão e dessa análise ser produzida uma deliberação, porque a Assembleia tem competências para isso. Entretanto, como antecipadamente surge uma Moção e, à semelhança desta todas as outras, a Mesa recebe-a e dá-lhe imediato seguimento – leu-a e pôs à aprovação (e foi o que fez). Portanto, que não restem dúvidas pelo facto de agora aqui se quererem aduzir questões político-partidárias. Os senhores estão aqui; nós estamos aqui também. Discutimo-las. Uns são a favor, outros são contra. E é desta discussão que nasce a luz porque, de facto, temos aqui presente nesta sala o *sumo político* do concelho de Mogadouro. Força, vamos à discussão!”. A seguir deu a palavra aos Deputados que já se haviam inscrito na parte inicial deste ponto. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Porco, já no uso da palavra disse: -----

----- “O Governo, é sabido por todos, tem sofrido contestações várias pelo facto de ter que enfrentar uma série de problemas que vêm de há vários anos atrás, e então houve necessidade de encarar de frente uma gama de problemas que muitos se desviaram deles – as Reformas que este Governo tem levado a cabo, na área das Finanças, da Economia, da Educação, da Saúde, das Forças Militares e policiais, etc. Estas medidas são claramente antipopulares e criaram contestações várias. -----

----- Há necessidade de conter despesas e todos temos que contribuir para essa contenção. Agora, chega a vez dos municípios. E, é realmente verdade que há muito a corrigir em vários municípios. -----

----- Não sei se é verdade ou não, que os municípios vão perder verbas com a nova lei. Penso que passará a haver novos critérios na redistribuição de essas mesmas verbas. -----

----- Mas, já agora: não foi esta Câmara Municipal que alterou, a seu bel-prazer, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia deste concelho alegando falta de verbas? É caso para dizer: - A suposta Nova Lei das Autarquias Locais já este executivo municipal a está a aplicar às freguesias de há dois anos a esta parte.” -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou a seguir da palavra para dizer o seguinte: “Duas palavras rápidas. Em primeiro lugar, para agradecer aos senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PSD que aqui vieram a este local falar porque, para aqueles que possivelmente não teriam (e alguns pode ter acontecido, que não tenham lido o parecer da Associação Nacional de Municípios) portanto, para aqueles que não tinham lido o parecer que foi

facultado na informação junto à convocatória, como os senhores Deputados do PSD quase aqui relataram, *ipsis verbis* esse relatório, pelo menos tornou-se do conhecimento, não de forma lida, mas de forma ouvida – já não foi mau de todo a intervenção por isso. Eu até esperava que, quando vi que o senhor Presidente do Grupo Parlamentar, doutor Vítor Batista, falar da nova Proposta de Lei das Finanças Locais, julguei que iria ouvir da boca dele uma palavra de congratulação porque, se leu com atenção o artigo sexto da lei, ela faz menção a conceder alguns benefícios às zonas que tenham Rede Natura e áreas protegidas. Não vi, portanto, que houvesse grande discrepância – é evidente que há, como o senhor Deputado Martins aqui disse (foi neste momento interrompido pelo Presidente da Assembleia que informou ser agora aquele Deputado o Presidente do Grupo Parlamentar - do PSD). Muito obrigado pela informação, em qualquer dos casos, e então, se me dá a oportunidade, queria felicitar o senhor Presidente cessante e desejar os maiores voos ao novo Presidente. Retomando a minha palavra, é facto que eu tenho que concordar com as palavras do senhor ex-Presidente da bancada Parlamentar, o senhor Presidente cessante, ora cessante, tenho de concordar com ele quando se refere à litoralização e confrontos litoral/interior – não percebi bem o que o senhor falou aí sobre o PIB, não tenho conhecimentos para isso, tenho a impressão que haveria também alguma confusão da sua parte quanto a isso, mas não vamos discutir esse assunto. Podemos discuti-lo à mesa do café, ou lá fora, mas aqui não vale a pena maçar as pessoas. Estou de acordo consigo e lamento que, de facto, este país, desde o tempo do Governo do senhor doutor Cavaco Silva tenha entrado numa dicotomia total entre litoral e interior. Mas isso são questões velhas que não vale a pena estarmos aqui a evocar. Temos a consciência disso; sabemos que isso existe; vamos lutar para que se inverta. É por isso que eu acho que deve ser tomada em muita atenção a moção votada na Assembleia Municipal de Bragança, acho que tem pontos muito interessantes de reflexão para nós todos – vamos caminhar para isso. Sobre a Lei das Finanças Locais, ou a Proposta da Lei das Finanças Locais, espero melhores dias porque creio que esta versão ainda vai levar algumas voltas”.

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** disse: “Só muito breve, uma vez que praticamente já tudo foi dito, mas, como estava inscrito, dar apenas mais uma achega e, portanto, só referir que, de facto, é um projecto de lei que o Governo, logicamente, vai levar por diante – levará alguns retoques, como foi dito, quando for discutida na especialidade (esperemos que sim, que leve alguns, que bem precisa) – mas que não é, de facto, boa para as autarquias, pois visa dar com uma mão e tirar com a outra. Isto vai ser caminhar para a concentração de poderes no poder central e, todos sabemos, que a gestão autárquica é bem mais, os dinheiros geridos pelas autarquias são bem mais eficientes e mais bem aplicados que os que são

geridos pelo poder central. Portanto, é uma lei que, é mais uma, para tentar combater o deficit e, desta vez, estão a apanhar por tabela as autarquias, que pouco representam no total do deficit, enquanto os grandes responsáveis continuam, pelo menos aparentemente, a ficar intocáveis, como REFER's, como TAP's, como outras grandes empresas, se calhar mais responsáveis pelo deficit do que as autarquias. Eu estranho é que haja pessoas que, ainda assim, ficam contentes com esta situação! Isto, ver um pouco como – tomando como exemplo o fecho de serviços nalgumas partes do país, no interior, e no nosso distrito, como por exemplo a Maternidade de Mirandela, que ficámos aqui todos contentes porque, olha, fecharam-nos a maternidade mas, em contrapartida, estão a abrir Salas de Chuto em Lisboa e, o que se poupa com os médicos no distrito de Bragança sempre dá para comprar umas seringas para fazer a troca lá nas casas de chuto – é um pouco isto; é tirar dum lado para pôr no outro; é dar com uma mão e tirar com a outra. Portanto, acho que não é uma lei positiva para nós e por isso nós apresentámos a Moção de Rejeição, que foi aprovada. Congratulome por isso”. -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** usou a seguir da palavra, e disse: “Mais uma vez, emitirei a minha opinião pessoal. Eu acho que estamos aqui a inverter a ordem das coisas. Julgo, e este é o meu entendimento, que antes de votar uma moção sobre um determinado assunto, que se deve discutir esse determinado assunto e depois é que se vota uma moção que versa sobre esse assunto. Não faz sentido nenhum estarmos agora aqui a discutirmos uma coisa sobre a qual já a decidimos em moção – estamos aqui a discutir o quê? Se nós não deliberamos sobre esta Proposta de Lei, estamos a discuti-la para quê?! Acho que a devíamos ter discutido antes e depois, sim senhor, analisar a moção e votá-la em consciência. Eu nem a li, como é que a ia votar? Votei contra porque sou contra, não é? – posso dizê-lo assim. Votei contra; sou contra – eu nem a li! Não ma deram para a ler. Não tive conhecimento dela! Ou acham que as coisas se analisam assim, ouvindo? Isto é um aparte. -----

----- Um segundo aparte: apraz-me registar que, quer a Mesa da Assembleia, quer a bancada do PSD são bons alunos! Vou reler aquilo que o Presidente da Assembleia Municipal leu: pede – ou a Associação Nacional de Municípios pede – solicita à nossa Assembleia Municipal que agende com urgência a discussão da Proposta de Lei das Finanças Locais e pede ainda que culmine a discussão com uma deliberação de rejeição inequívoca de tal proposta. De facto, somos bons alunos! Aqui estamos nós a fazer, para o bem e para o mal, o jogo da Associação Nacional de Municípios. E se por acaso a Associação Nacional de Municípios fosse doutra cor política? Eu não sei o que é que seria!... Seria exactamente a mesma coisa? Aqui está, de facto, bom aluno, bons alunos, com a moção de rejeição de tal proposta. Sobre a Proposta de Lei das Finanças Locais, são

questões técnicas que eu não sei discutir. Possivelmente, haverá aqui alguns ilustres deputados que têm formação técnica para isto (eu não tenho!) Por isso, o que vou dizer, e se disser alguma asneira, peço a todos, a quem estiver dentro do assunto, que me esclareça e que me corrija porque eu, sinceramente, nem conheço a anterior lei, e esta conheço-a mal porque li partes dela. E depois, cheguei à página três ou quatro e disse, bom, isto aqui é tudo de cariz técnico, deu-me o sono e fechei o livro. Hoje, por aquilo que li, vou dizer o seguinte: senhores Deputados, em matéria de finanças locais – isso já foi aqui referido pelo meu colega e chefe de bancada do Partido Socialista – o PS e os Vereadores do PS, ou liderados pelo PS (não são todos do PS), não recebem lições de ninguém em matéria de finanças locais. Foi com o PS no Governo que a Lei das Finanças Locais foi cumprida; foi com o PS no Governo que o poder local viu reforçado o seu financiamento através da duplicação (não sei se foi duplicação) do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Esta é que é a verdade! Com os Governos de Cavaco Silva, essa Lei das Finanças Locais, nunca foi cumprida! Posteriormente não sei também. A meu ver, esta Proposta de Lei das Finanças Locais é boa e vou explicar porquê – isto resulta daquilo que li, da Proposta de Lei! Ela é boa porque visa uma maior equidade na distribuição dos fundos e promove a coesão territorial através – está lá escrito na lei – do aumento da percentagem do FEF no Fundo de Coesão Municipal – sobre este montante para cinquenta por cento, dos fundos. Esta lei visa ainda discriminar positivamente municípios integrados – já foi aqui referido pelo meu amigo doutor Ilídio Martins – ela é boa porque visa, dizia, discriminar positivamente municípios integrados na Rede Natura Dois Mil, ou em áreas protegidas, ou com partes do seu território integrado neste tipo de áreas, como é o caso do concelho de Mogadouro. E, além disso, esta lei beneficia ainda as freguesias integradas nas áreas rurais. Portanto, é boa para o nosso concelho! É boa para o concelho de Miranda; é boa para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo; é boa para o concelho de Freixo de Espada-à-Cinta. Esta discriminação positiva ocorre, ou decorre, pela alteração dos critérios de distribuição do Fundo Geral Municipal – os tais restantes cinquenta por cento do FEF – e pela criação do tal Fundo que aqui referiram do Apoio Social, do Fundo Social Municipal de Apoio às Áreas da Educação, da Rede Social, e etc. – é essa panóplia, ou essa listagem que aqui referi. Esta proposta é ainda boa porque confere maior autonomia financeira local, contrariamente àquilo que referiram. E responsabiliza, ou é responsabilizadora, dos eleitos locais pelas suas decisões financeiras. É ainda boa por outra razão que já aqui foi apontada: porque estabelece limites ao endividamento e à contratação de empréstimos, a bem do rigor do uso dos dinheiros públicos e da sustentabilidade da governação autárquica. Eu pergunto: o PSD não concorda com isto? Nós, esta bancada, concorda. E sabem porque é que concorda? Porque daqui a três anos

queremos receber a Câmara de Mogadouro em condições de governabilidade tal como ela vos foi entregue, perdão, tal como vocês a encontraram no início do primeiro mandato. Esta Lei das Finanças Locais é ainda boa porque penaliza os municípios esbanjadores – eu espero que Mogadouro não seja um município esbanjador. Mas, há municípios socialistas que são esbanjadores, que temos um caso – Moncorvo – e que não definem correctamente as suas prioridades de investimento. Responder a uma preocupação do amigo Vítor Batista, ‘litoralização do interior’ não é da exclusiva responsabilidade do Governo, é também da responsabilidade dos autarcas locais; essa é a nossa responsabilidade; somos nós que temos que lutar contra a litoralização do interior, captando investimentos públicos, captando investimentos privados. Para terminar: esta lei é ainda boa porque é uma lei coerente. É uma lei coerente com a preocupação do Governo em matéria de consolidação orçamental e também de solidariedade financeira entre os vários subsectores da administração pública e os sectores administrativos do Estado. Só para dar um exemplo (que conheço bem!): as universidades vêm o seu orçamento para o próximo ano reduzido, em média, em cerca de sete por cento. Porquê alguns sectores participarem neste esforço de consolidação orçamental e não as autarquias? Acho que devemos ser solidários!” -----

► **VÍTOR BATISTA** usando do seu direito de resposta, disse:” Só venho aqui então esclarecer que, realmente, eu estou consciente que a Rede Natura tem implicação nos cálculos das transferências do Fundo Geral Municipal para as autarquias – tenho essa noção! São cinco por cento e eu, se bem se lembro, e por isso é que eu disse que em termos financeiros nem questionava a situação, ou seja, das verbas a transferir. Relembrei que esse não era o meu maior problema porque as coisas continuariam, se calhar, da mesma forma. O que eu questionei é a porta aberta que isto vai gerar a determinadas situações de que já tinha falado. Relativamente ao PIB, porque é conhecido que as autarquias recebem (não sei se é doze ou catorze por cento) relativamente ao PIB e são responsáveis por esse mesmo PIB em termos de produção em termos de cinquenta por cento – são números que se falam para aí. Portanto, eu estava a confrontar que, se no nosso município e no nosso distrito o desenvolvimento efectivo não é da responsabilidade do poder central, é da responsabilidade do poder autárquico. Portanto, se já estamos atrasados, muito mais estamos ... e se não temos desenvolvimento é porque, realmente, o poder central se está a esquecer de nós. Relativamente se foi o PS que deu autonomia ao poder local, tudo bem, o seu a seu dono! E agora: «Quem dá e tira para o inferno gira». -----

----- (Ouviram-se algumas trocas de palavras entre o líder da bancada do PS e o Presidente da Mesa que, por terem os microfones desligados não é possível transcrever. Consegue-se depois perceber que o Presidente da

Mesa diz o que a seguir se transcreve) -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Isto é assim: quando há um conjunto de intervenções do mesmo Partido, essas intervenções podem ser reduzidas em favor do Presidente do Grupo Parlamentar – assim diz o Regulamento. Portanto, nós aqui, o que deixámos e permitimos, foi que toda a gente falasse dentro dos dez minutos a que têm direito da intervenção. Agora, o que eu queria era, efectivamente, cortar com estes ataques sistemáticos. Bom, mas como ele é o Presidente do Grupo Parlamentar, em princípio julgo que é ético dar-lhe a palavra”. -----

► **ANÍBAL MORENO** agradeceu ao Presidente da Mesa e prosseguiu: “Pedi a palavra, mais concretamente, motivado por esta última intervenção. E, já agora, vou adicionar mais alguns tópicos à discussão porque, afinal, do que aqui foi dito por quem de facto está contra esta Proposta de lei, não trouxe nada de novo. Falou que retiraram a cooperação técnica e financeira; falaram que com esta lei vai-se reforçar o ‘beija-a-mão’. Eu acho que é o contrário, porque a cooperação técnica e financeira continua a existir nesta Proposta de Lei mas só para casos excepcionais! E, de facto, o ‘beija-mão’ era na anterior lei, nesta não; nesta está concretamente definida. É só ler o artigo oitavo e vão ver: por hipótese ‘calamidade pública’ está cá; ‘municípios negativamente afectados por investimentos da responsabilidade da administração central’, pronto, é ler estas alíneas todas e verão que está efectivamente discriminado, o que anteriormente não estava. Tanto que, na anterior lei, a cooperação técnica e financeira – a rubrica – normalmente estava a servir para apoiar quando se era da cor, e desapojar quando não se era da cor. Dizer que com esta lei há falta de investimento do poder central? Mas o que é que tem esta lei com o investimento público? Esta lei regula as Finanças Locais! Não regula os investimentos da administração central! Não tem nada uma coisa a ver com a outra. Desculpe, senhor Deputado, mas acho que é demasiada ignorância porque, o que está de facto em causa é o endividamento, são os empréstimos. Toda, toda, a Proposta de Lei não reduz, nem um centavo, de transferências para os municípios – a própria lei, no preâmbulo, o refere! Ninguém pode receber menos do que estava a receber, com as mesmas competências! E, no caso concreto ... Não, se lhe forem transmitidas mais competências, isso é-lhe aumentado! É acompanhado das transferências financeiras. O que está aqui em causa é no endividamento e, claro que o endividamento fica mais rigoroso. Aí sim! Fica mais apertado! Os critérios, o que conta para o endividamento, com esta Proposta de Lei, é mais apertado. Não contava, por exemplo, na anterior Proposta de Lei os leasings, por exemplo – nesta Proposta agora já conta e eu acho que, de facto, isso é endividamento, que deve contar (e como outras coisas). Portanto, senhores Deputados, também não é verdade, que o aumento que o município de Mogadouro tem, que é igual à inflação. Não é! O aumento de

Mogadouro era de dezanove por cento, ou catorze. Era esse, efectivamente, só que a lei – o que é que diz? – ‘ninguém pode ter um aumento, devido à nova lei, superior a dois ponto quatro por cento’. Mas, também, ninguém pode ser penalizado e receber menos do que recebe com a actual lei e fica, portanto, o chamado aumento zero. Mas o aumento, e, porque – o que diz também a Associação Nacional de Municípios – só que agora, portanto, há também esta cláusula de salvaguarda com o aumento zero. E no futuro? Então, se isso é válido para aqueles que teriam aumento negativo, então também tem que ser válido para aqueles que têm aumento positivo muito superior aos dois ponto quatro por cento e, portanto, se vai reflectir no decorrer dos próximos anos”.

► **VÍTOR BATISTA** voltou a usar da palavra para dizer: “Só quero responder que não me afecta minimamente. Não me afecta minimamente porque, o que realmente chama ignorante, eu posso remeter também para ignorância da sua parte, não saber interpretar. O que eu disse, que ‘isto não era o documento de financiamento do poder central’ – eu nunca falei nisso! O que eu disse é que, se estivermos à espera do poder central, nunca vamos a lado nenhum! Portanto, há que repensar e votar com consciência este documento que regula o financiamento local. Portanto, o que eu disse (não foi isso o que eu disse!); eu disse que, do poder central, nunca podemos estar à espera – como nunca estivemos. Portanto, só dependemos é do poder local, ou seja, o desenvolvimento depende é do poder local. Por isso é que é muito importante (não é prejudicial? É muito prejudicial porque, se não fosse a capacidade de endividamento de uma autarquia como o PS fez no passado e como o PSD continua a fazer, nunca tinha investido, nunca tinha desenvolvido!)”

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou de seguida que iria pôr à votação esta discussão. (Continuou a falar, porém com o microfone desligado, pelo que não é possível transcrever na totalidade o que estava dizendo; para além disso, ouvem-se também curtas interferências provenientes da bancada do Partido Socialista). “Nós é que estamos a dirigir a Mesa ... todavia não sei se já perceberam o que é que se pretende com esta análise. Quando as pessoas ... quando a Associação Nacional de Municípios não é político, é de todos os Partidos que têm assento, e isso deixa um bocadinho a desejar. Por outro lado, também compreendo perfeitamente tudo aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende ... a esta lei, porque também não me surpreende que o senhor Secretário de Estado Eduardo Cabrita se tenha apressado ontem, ou anteontem, a ir à Assembleia da República a pedir o apoio político dos Deputados do Partido Socialista. Portanto ... e é confusa. Eu pensei que aqui houvesse, ou fossem criadas condições para que ela fosse mais profundamente analisada, concordo com alguns dos oradores que aqui estiveram ... ela é mais técnica do que política, devíamos ter outro tipo de

intervenção e de esclarecimento. Todavia, nós só conseguimos responder cabalmente à Proposta que conseguimos introduzir nesta Ordem de Trabalhos, precedida de uma votação. Portanto, eu vou imediatamente, sobre os pressupostos que foram aqui discutidos, relativamente à votação, vamos proceder, portanto ... Ó senhor Deputado, queria dizer alguma coisa? “ -----

----- De seguida, deu a palavra ao Deputado que se segue: -----

▶ **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra para dizer: “Pôr à votação uma discussão, o que é que isso quer dizer?” -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu da seguinte maneira: “Senhor Deputado, nós temos aqui, no ponto dois/dois ‘Análise e Deliberação’ – Análise e Deliberação – sobre a Proposta de Lei das Finanças Locais. Entenda que, se não tivesse aparecido a Moção como é que nós satisfazíamos o pedido do ponto? A Moção, eu não tive conhecimento dela, ou se tive, é em complemento do juízo feito pela bancada do Partido Social Democrata. Agora, se não tivesse havido moção, naturalmente que nós tínhamos que votar. E vamos votar o quê?” -----

▶ **ILÍDIO MARTINS** disse: “É isso que eu estou a perguntar!” -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “É esse esclarecimento que eu estou a dar”, disse. -----

▶ **ILÍDIO MARTINS** continuou: “Vamos votar o quê? – A discussão.” ----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** continuava: “Nós íamos votar este ponto porque este ponto, o outro ponto nasceu, precisamente, da inclusão duma Proposta, duma Moção. Não está a perceber isso?” -----

▶ **ILÍDIO MARTINS** voltou a ouvir-se dizer: “Se não tivesse aparecido a Proposta, este ponto da Ordem de Trabalhos era inócuo; se não tivesse aparecido a Proposta do Grupo Parlamentar do PSD não servia para nada. Agora: votou-se a Proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD; não há mais nenhuma proposta. O que é que se vai votar?” -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** continuou: “A Moção está aprovada. E se não aparecia Moção? -----

▶ **ILÍDIO MARTINS** respondia da sua bancada: “Era inócuo o ponto!” ----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Porque é que era inócuo?”

▶ **ILÍDIO MARTINS** “Porque não havia motivo para (não é possível registar na totalidade esta resposta devido à sobreposição de vozes, por interrupção do Presidente da Assembleia) -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Então, se era inócuo, não o púnhamos aqui na Agenda de Trabalhos”. -----

▶ **ILÍDIO MARTINS** respondia: “Pois aí é que está o mal, de o terem posto (foi novamente interrompido não se conseguindo ouvir a continuação desta intervenção). -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** continuou: “Mas nós pusemos – ó

senhor Deputado – este ponto na Ordem de Trabalhos porque somos solidários com as autarquias – porque somos! E porque somos solidários com as autarquias nós, a pedido da Associação Nacional de Municípios, que nos pede para analisar, e do produto da análise produzimos uma deliberação relativamente ao que analisámos. Agora, que os senhores querem, evidentemente, será forçar a Mesa a ter outra atitude que não esta, mas eu peço desculpa (ouveu-se o Deputado Municipal Ilídio Martins a pedir licença para intervir, o que lhe foi concedido) -----

► **ILÍDIO MARTINS** disse: “O que eu quero – não é o que nós queremos – o que eu quero é que o senhor Presidente me esclareça sobre o objecto da votação. Vamos votar o quê? Agora diz o senhor: porque é que incluí isto na Ordem de Trabalhos? Peço desculpa, mas já não é a primeira vez que têm sido incluídos na Ordem de Trabalhos pontos pouco ou mal esclarecidos – ainda aconteceu na anterior quando chegou à conclusão de que não havia necessidade de uma deliberação, que era só uma questão de dar conhecimento à Assembleia. Foi reconhecido pelo senhor Presidente do executivo, aqui neste caso concreto – na última assembleia. Neste caso concreto, este ponto, na minha opinião, (foi de novo interrompido pelo Presidente da Assembleia, não sendo possível reproduzir o que dizia devido à sobreposição de voz). -----

----- Depois continuou: “Agora, se o senhor entende que há mais (?) votação, diga! Qual é a Proposta que se vai votar?” (voltou a ser interrompido pelo Presidente da Mesa). -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “A Proposta, quem a vai votar, são os Deputados da Assembleia da República”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** continuava: “Não, não! Mas deve ser feita! Os Deputados da Assembleia Municipal não votam no vazio. Faça a proposta e depois a gente é que vota”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompendo novamente aquele Deputado Municipal, disse: “Senhor Deputado, quem vai votar esta Proposta de Lei são os Deputados da Assembleia da República – esta, do Governo, a Proposta de Lei das Finanças Locais. Agora, aquilo que nos pediram a nós foi, que analisássemos a Lei – esta Lei, este Projecto de Lei do Governo (foi aprovado pelo Governo), e que vai ser submetida rapidamente à Assembleia da República, e só depois da Assembleia da República o aprovar por maioria é que constitui Lei e é que será Lei! Até lá, aquilo que eu depreendo é que a Associação Nacional, como acabei de ler no texto, pede-nos uma análise do Projecto de Lei. Dessa análise, naturalmente – e vimos aqui que há quem defenda que a lei é correcta porque põe em causa o abuso de determinado tipo de municípios (neste caso, segundo diz a Associação, são duzentos e cinco em duzentos e trinta e oito); outros dizem que esta (outras forças políticas, neste caso) dizem que

esta lei que é boa; outros dizem que é má. Portanto, em função desta discussão, nasceu essa luz! E essa luz, por força daquilo que nos pediu a Associação é que nós temos que comunicar – que é o produto da deliberação. Mas, se entendem que a própria Moção contém já o produto do vosso sentimento, para mim também está tudo bem. Passamos à frente. Agora, eu é que tenho que dar cumprimento ao que está aqui escrito e foi o que foi combinado. -----

► **ILÍDIO MARTINS** voltou a fazer-se ouvir, embora a gravação não esteja muito nítida porque este Deputado não se encontrava a falar da tribuna mas sim da sua bancada. Dizia: “Nós somos um órgão soberano dentro do município, o senhor não tem que se ... (?). O senhor, há um bocado, teve uma expressão que eu acho um bocado infeliz, que disse: *nós regemo-nos pelo que diz a Associação de Municípios* – poderá na próxima transcrição ouvir isto! Eu, fiquei um bocado espantado com (foi novamente interrompido pelo que a sobreposição de voz do Presidente da Assembleia não permite perceber o que dizia o Deputado Municipal). -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** dizia: “Nós somos parceiros da Associação Nacional de Municípios. E a Associação Nacional de Municípios não tem cariz político; nem partidário. (Desculpe lá – dizia da sua bancada o Deputado Ilídio Martins – eu sei (eu até nem sabia o nome dela, veja lá que ignorante eu sou). Agora, o que está em causa não é isso. O que está em causa é que, não vale a pena estar a fazer fretes a ninguém. O assunto, na minha opinião (eu penso que há mais gente que assim pensa) foi perfeitamente resolvido. Se não tem aparecido a Proposta do Grupo Parlamentar do PSD o ponto não tinha interesse nenhum. Ainda bem que apareceu e que foi votada ...). Voltou a intervir o Presidente da Assembleia dizendo que a Mesa tinha que dirigir os trabalhos de acordo com a agenda da Ordem de Trabalhos. E disse ainda: “se o senhor entender que deve fazer o que quiser relativamente sobre isto, vai propor e depois a Mesa decide”. -----

----- Nesta altura dirigiu-se à tribuna o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, que disse: -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** “Acho que, em relação a este assunto, acho que o essencial da discussão que aqui se gerou está transcrita na Moção que apresentámos. Portanto, não vejo mal em que seja, que o essencial está transcrito, até porque o sentido de voto das bancadas transmite o que aqui foi discutido.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** comunicou que eram doze horas e quarenta e cinco minutos, anunciando de seguida que se iria passar ao ponto seguinte: -----

----- **2. 3 Outros Assuntos.** -----

----- **Eleição de um representante dos Presidentes de Juntas**

de Freguesia para o “CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse a seguir o seguinte: “Sobre os *Outros Assuntos*, queria informar-vos que, por força destas dificuldades emergentes também do Projecto das Finanças Locais, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses marcou um Congresso Extraordinário para o dia quatro de Outubro. Acontece que não tivemos tempo nem oportunidade de o agendar aqui na Ordem de Trabalhos, como sabem. Temos que eleger, por voto secreto, um senhor Presidente de Junta porque, tal como aconteceu da outra vez, é necessário eleger um Presidente de Junta. Todavia, não faz parte da Ordem de Trabalhos porque eu recebi a comunicação no dia seguinte ao envio da Ordem de Trabalhos e a secretária da Assembleia Municipal, a meu pedido, enviou uma comunicação ao senhor Presidente da Assembleia no sentido de considerar este ponto na Ordem de Trabalhos por forma a evitar mandar uma alteração à agenda da Ordem de Trabalhos e, portanto, evitar mais custos. Penso que, desta parte, acho que não há objecção nenhuma, daríamos cinco minutos para que nos apresentassem propostas para apresentarem o nome do Presidente da Junta que irá fazer parte, portanto, no IV Congresso da Associação Nacional de Municípios, e substituto. Atenção: agradecia dois nomes, porque às vezes pode acontecer que porventura aconteça um problema qualquer, até de ordem familiar, ou pessoal, e que não possa ir. E, então, dois nomes – um efectivo e um suplente. Se quiserem, nós interrompemos os trabalhos dois minutos ou três minutos para apresentarem as propostas. Esta votação tem que ser por voto secreto porque indica nomes – faz referência a nomes e tem que ser por voto secreto. -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** dirigiu-se ao Presidente da Assembleia para solicitar um intervalo de cinco minutos para poderem...” (não se ouviu o resto da sua exposição porque o Presidente da Assembleia o interrompeu anunciando que se interromperiam os trabalhos por cinco minutos para apresentação das ...Posso suspender os trabalhos para isto, disse.) -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou que tinham chegado à Mesa duas propostas, sendo a Proposta do Partido Socialista a primeira a chegar, pelo que foi classificada com a letra A passando de seguida à sua leitura: -----

----- “O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe o senhor Presidente da Junta de Vale de Porco para o congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Dulcíneo Rodrigues, e Presidente da Junta de Bruçó como suplente, Miguel Rito”. A seguir disse que quem quisesse votar na lista A, votava. -----

----- De seguida anunciou que, às doze horas e cinquenta e quatro

minutos, tinha chegado à Mesa outra lista que foi classificada com a letra B, passando de seguida à leitura da mesma: “O Grupo Parlamentar do PSD propõe para o encontro da ANMP o senhor Presidente da Junta de São Martinho do Peso, senhor Vítor Coelho, e suplente o senhor José Branco, Presidente da Junta de Valverde”.

----- Anunciou de seguida que se iria proceder à chamada dos eleitos para exercerem o seu direito de voto, fazendo-se no fim o apuramento dos resultados.

----- Quando eram as treze horas e dez minutos, ausentou-se a Primeira Secretária da Mesa, tendo sido substituída naquele posto pela Deputada Municipal Maria Zita Rodrigues França Costa.

----- Prosseguiram os trabalhos, dando-se início à contagem dos votos, com a presença do Presidente do Grupo Parlamentar do PS e também do representante do Grupo Social Democrata.

----- Apurados os resultados, o Presidente da Assembleia anunciou os resultados da votação:

----- Lista A: vinte e dois votos;

----- Lista B: vinte e nove votos;

----- Votos **Branco**s: um voto.

----- A seguir disse: “Em princípio, o representante ao Congresso será o que corresponde à lista B.

----- Sobre outros assuntos, aceitamos inscrições”.

----- Deu de seguida a palavra aos inscritos:

► **MANUEL FOLGADO**, Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, disse: “Gostaria que me informassem se Bemposta pertence à Freguesia de Valverde. A vossa resposta já sei. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, gostava que o senhor informasse a Assembleia quem lhe deu permissão de licenciar canídeos da minha freguesia. Está determinado na Portaria número quatrocentos e vinte e um, de dois mil e quatro, de quatro de Abril, o Regulamento de Registo e Classificação e Licenciamento de Cães e Gatos, no ponto um e o ponto dois do artigo dois, e no ponto do artigo três. Assim, para que não restem dúvidas, em Bemposta, a responsabilidade é da Junta que eu presido. As taxas têm um valor mínimo, definido por despacho de conjunto número quatrocentos e trinta de dois mil e seis, de trinta de Maio, e deve obedecer (?) ao artigo seis da Portaria quatrocentos e vinte e um/dois mil e quatro. Quarto: Vossa Excelência não cumpre a Lei e, como isso, não liquida o Imposto de Selo que devia liquidar. Como a Junta que eu presido é composta por pessoas sérias e que gostam de cumprir a legislação em vigor, solicito a Vossa Excelência que se dirija às pessoas que enganou, que rectifique esses enganos pois, se o não fizer, será da sua responsabilidade. Caro colega: a rivalidade política só deve existir nas eleições. A Junta que eu presido tem relações comerciais

com Vossa Excelência, ou a empresa que representa, e vai continuar a ter – isto é uma punhalada nas costas! No mínimo, o que devia fazer era telefonar e informar-se da situação que estava a acontecer. Este caso que sirva para exemplo de todos nós que somos presidentes de Junta. Não temos que nos meter em assuntos dos vizinhos mas sim ajudar a ultrapassar os problemas que se deparam de cada um. O cão de caça é a categoria E; para não ser caçado, informe-se e consulte a legislação. Como não pretendo aplicar-lhe qualquer contra-ordenação, informe-se e consulte a legislação do Decreto-Lei número trezentos e catorze/dois mil e três de dezassete de Dezembro. Obrigado pela atenção que tiveram em me ouvir, e agora consulte o Diário da República. -----

----- Agora, também queria pedir ao senhor Presidente da Câmara, como aqui a Dona Zita, comentou que depois das obras feitas é que se vêem os erros. Então, eu queria informar o senhor Presidente que, em Bemposta, andaram agora lá a abrir uma vala ali, do que vai do ar a dar volta por aquele passeio todo e, porque não, nessa rua, deixar um passeio de cada lado se a rua tem largueza suficiente?” -----

► **MIGUEL RITO**, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, disse: “Isto é um ponto muito rápido. Eu sei que não foi do agrado da Câmara Municipal que eu ganhasse as eleições em Bruçó e, estar à espera um ano que alterassem o nome no *site* da Câmara Municipal para porem o nome do actual Presidente da Junta, e o contacto da Junta de Freguesia de Bruçó, têm que pôr lá o meu nome. Já não é o João; perdeu; agora é o meu nome. Sei que não gostavam – queriam que fosse o João – mas agora é outro nome. Era isso que eu queria dizer. -----

----- E outra situação, também à atenção da Assembleia: eu cheguei ligeiramente atrasado mas, quando cheguei, nem uma cadeira tinha aqui. Portanto, para a próxima vez tivessem atenção a esse procedimento.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu a este Deputado do seguinte: “ De facto, esta última questão é para a Câmara; a nós só nos emprestam este Salão para hoje – quando chegámos aqui nem estas mesas tínhamos, porque aqui têm outro tipo de reuniões e não foi isto preparado, se calhar, convenientemente. Há cadeiras que estão a ser ocupadas pelo público porque também, obrigatoriamente, podem estar cá e, portanto, peço desculpa mas, essa questão, penso que a Câmara ultrapassará com relativa facilidade.” -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou a seguir da palavra para dizer o seguinte: “Eu só quero dizer que eu tenho – e aqui há mais gente a pensar o mesmo – eu tenho bastante dificuldade em entender qual é a pressa em terminar os trabalhos de manhã e não deixar dizer às pessoas aquilo que pensam, ou estarem limitadas a um horário. Eu penso que o dia é pago – a toda a gente – e a muitos, tal como a mim, é pago duas vezes. Penso que se deve estar a correr o risco de sermos apelidados vigaristas sociais. Devemos de ter um

bocadinho de mais cuidado. -----

----- Agora, quero dizer ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia que deve procurar não cometer irregularidades que substanciam autênticas discriminações. Deve lembrar-se que, na última assembleia, eu pedi a palavra e Vossa Excelência respondeu-me: ‘falamos lá fora’. Não é lá fora que se discutem os assuntos que foram aqui iniciados. E também lhe quero pedir que, quando responder, que responda claramente – que diga claramente o que lhe vai na alma – assim como deve permitir que os outros o digam. Porque, fazer insinuações, eu, com isso, confesso que não sei lidar. Para além disso, classifico-as ao nível do boato, e o boato sempre foi a arma mais poderosa da cobardia. E, isto é a minha opinião. Só tem o valor que os outros lhe quiserem dar. -----

----- Agora, outro ponto: penso que deveriam ter apresentado, pelo menos informado a Assembleia da mudança de líder da bancada. É só.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** comentou: “E qualquer dia temos que pagar o pequeno-almoço! Bom, eu não vou responder a estas questões. Eu, para comigo, só tenho uma coisa: eu acho que tenho sido educado para todos porque todos também têm sido educados comigo. Não tenho queixas para ninguém. O bom educador não pactua com o pecado. E fico-me por aqui. -----

----- De seguida, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo. -----

----- Enquanto aquele Deputado não usou da palavra, continuou: “Agora, que estarei sempre à disposição – cá dentro, lá fora, em casa – em tudo o que fosse preciso, se precisarem de mim, estão todos à vontade – incondicionalmente.” -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, já no uso da palavra, disse: “Eu venho aqui – faço minhas as palavras da Antónia na questão de que estamos aqui para discutir os assuntos e levá-los até ao fim. Que ninguém saia desta sala com a pressa de acabar uma Sessão sem ser esclarecido. Estamos aqui, estamos pagos pelo dia (eu, se calhar, até sou dos que tenho mais pressa para ir a trabalhar, que estão lá pessoas à minha espera, ou outros assuntos), mas estamos aqui para trabalhar e não ter pressa de acabar uma Sessão – é que isto é uma correria! É sempre, sempre, a meter os pontos – uns à pressa (nem deixam falar, não deixam inscrever). Tem que se esclarecer tudo – eu sou dessa opinião! Podem não ser, mas eu sou dessa opinião. Portanto, há que ter atenção. As pessoas se não querem falar, deixam falar as outras, mas eu acho que cortar as inscrições acho que está, que é negativo. É só isso.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** após esta intervenção, disse: “Tem toda a razão, senhor Presidente da Junta. Nós estamos a respeitar todas as inscrições e, porventura, outras e outras, e outras que advieram da primeira e da segunda. E não tenho pressa nenhuma! Também estou aqui para – o

dia todo, se entenderem – não há problema nenhum. Não sou eu que tenho pressa, mas também não vejo que esta gente tem pressa. Agora, há casos e casos que eu também tenho que respeitar. De qualquer das formas, estamos aqui até que os senhores queiram que a gente esteja. Tem a palavra o senhor Deputado Zé Branco para defesa da honra.” -----

► **JOSÉ BRANCO**, Presidente da Junta de Freguesia de Valverde, disse: “Em relação ao senhor Presidente da Junta de Bemposta, ele está dentro da lei, mas a lei diz que tem o mínimo e o máximo para ser aplicada e isso tem que ser votado em Assembleia de Freguesia; se as contas estão bem feitas ou não, elas vão ser entregues no próximo mês nas Finanças, porque nós entregamos os impostos – o Selo – às Finanças. O senhor, ao fim, nós entregamos a papelada nas Finanças, vamos transferir uma cópia do Imposto que nós vamos entregar nas Finanças. Há um mínimo! O senhor quer ganhar dinheiro, em vez de pôr o mínimo para as pessoas para pagarem os cães, o senhor põe o máximo. Agora, se as pessoas de lá não tiram lá as licenças dos cães, a responsabilidade não é minha! Elas podem tirar a licença em qualquer Junta de Freguesia! Não diz que é obrigatório tirar na freguesia onde reside – não diz isso! E, atenção! Uma das pessoas não é da sua freguesia – tem o Bilhete de Identidade doutra freguesia. É isso que eu tenho a dizer.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou de seguida ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertas as inscrições ao público para uso da palavra, não havendo registo de qualquer pedido de intervenção. -----

----- De seguida, deu a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

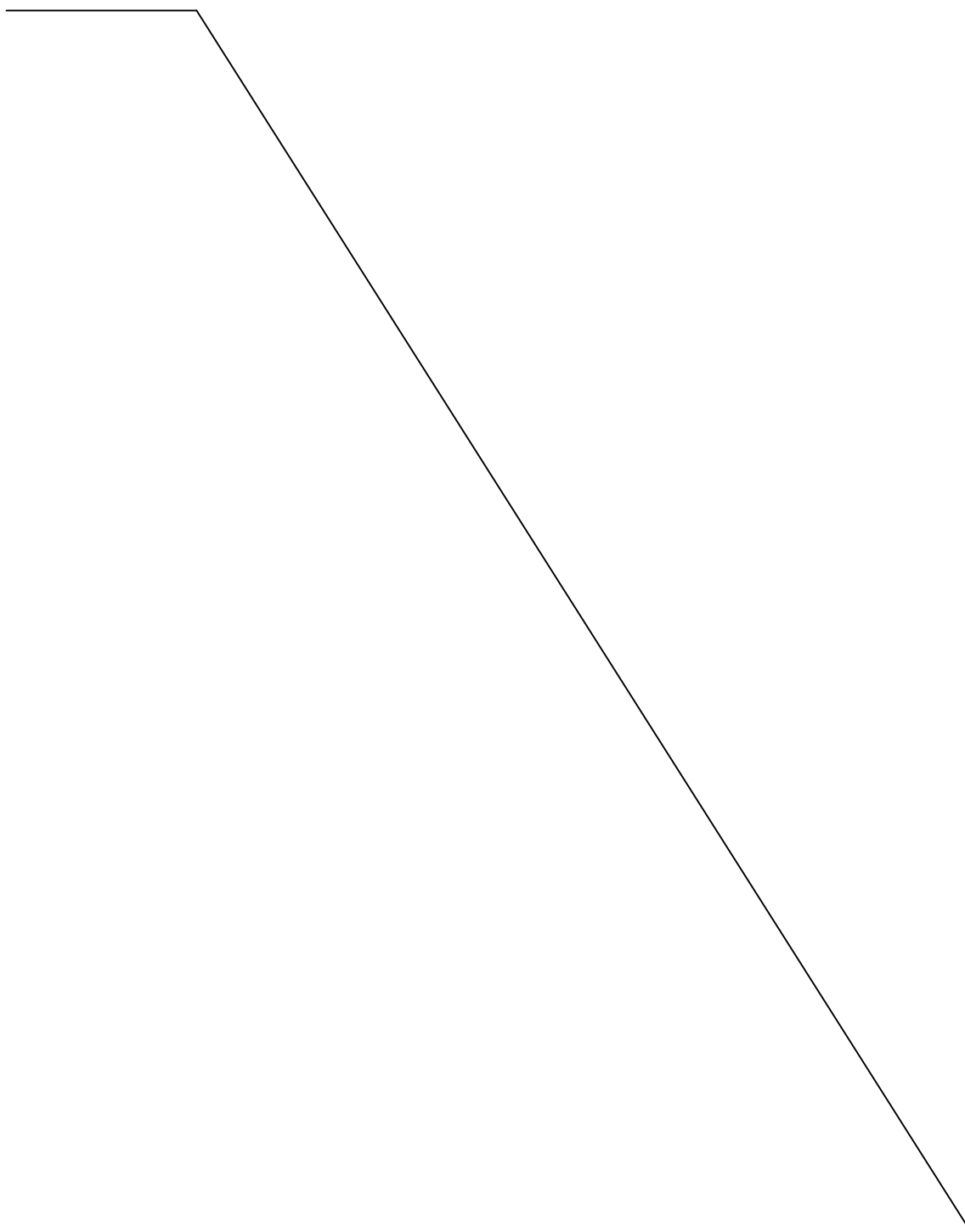
----- Depois de lida a Acta, foi a mesma posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente. -----

----- Às treze horas e trinta e minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Elisa Pereira Contente Castro Felgueiras, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

O Presidente da Assembleia Municipal

(1)



(1) Esta Acta é constituída por 25.049 palavras, distribuídas por 53 páginas e 2.243 linhas

